



RESULTADOS E DESEMPENHO - 3º TRIMESTRE DE 2014

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ milhões)	9M 2014	9M 2013	Variação ⁽¹⁾	Variação %
Receita Líquida	3.010,4	2.534,4	476,0	18,8%
EBITDA	205,4	502,9	-297,5	-59,2%
Margem EBITDA	6,8%	19,8%	-13 p.p.	-65,7%
Lucro Líquido	1,2	226,5	-225,3	-99,5%
Dívida Líquida	1.473,3	944,2	529,1	56,0%
Investimentos	217,0	212,6	4,4	2,1%
Volume de fornecimento (GWh)	9.600,8	9.184,9	415,9	4,5%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	12.548,2	12.207,7	340,5	2,8%

Outros Resultados	set/14	set/13	Variação	Variação %
Clientes (milhares)	2.421	2.352	69	2,9%
DEC (horas)	8,19	9,02	-0,83	-9,2%
FEC (interrupções)	4,79	5,29	-0,50	-9,5%
Perdas de Distribuição ⁽²⁾	7,27%	7,32%	-0,05 p.p.	-0,7%
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAAA	brAAA	-	-

(1) Em milhões de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

(2) Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde set/12 pela CCEE como perdas das distribuidoras. Caso incluído este efeito, o índice de perdas em set/14 da Elektro seria de 9,69% – ver item 12.2. – Perdas de Distribuição.

SUMÁRIO

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS.....	3
2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES.....	3
3. AMBIENTE ECONÔMICO.....	3
4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO	5
4.1. Reajuste Tarifário	5
4.2. Lei 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e 8.221/14	6
4.3. 4º Ciclo de Revisão Tarifária	8
5. DESEMPENHO COMERCIAL.....	8
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição.....	8
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia.....	11
5.3. Contratos de Compra de Energia.....	11
6. RESULTADOS.....	13
6.1. Resultado ajustado	15
6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	17
7. ESTRUTURA DE CAPITAL	18
7.1. <i>Covenants</i> Financeiros	19
8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	20
9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	20
10.FLUXO DE CAIXA.....	21
11.INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO.....	22
12.DESEMPENHO OPERACIONAL	23
12.1. DEC e FEC.....	23
12.2. Perdas de Distribuição.....	23
13.RECONHECIMENTO.....	24

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 30 de setembro de 2014, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 30/09/2014						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		47,42%		52,58%		100,00%

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível¹) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* ri.elektro.com.br, pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br ou pelo telefone (19) 2122-1487.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

A economia brasileira, nos primeiros nove meses de 2014, passou por um momento de arrefecimento. Os dados do PIB dos últimos quatro trimestres apontam para retração na sua taxa de crescimento e na taxa de investimento. O período foi marcado também pelo aumento da incerteza e volatilidade dos demais indicadores macroeconômicos, como inflação e câmbio.

A atividade econômica mundial apresentou movimento de recuperação similar ao verificado no primeiro semestre deste ano.

Nos Estados Unidos, os dados divulgados mostram o crescimento de 4,2% no PIB anualizado até fim do segundo trimestre, o que é reflexo da expansão no consumo das famílias, bem como das exportações e nível de investimentos em máquinas e infraestrutura. Em relação aos dados de mercado de trabalho do terceiro trimestre, houve melhora em comparação com os resultados do período anterior. A taxa de desemprego reduziu de 6,2% em julho para 6,1% em agosto e o nível de salários real apresentou aumento de 0,4%. Adicionalmente, a inflação seguiu abaixo da meta oficial americana de 2,0%, situando-se em 1,7% em agosto. Diante desse cenário, o *Federal Reserve* (“FED”), Banco Central norte-americano, optou por manter o nível atual das taxas de juros entre 0,00% e 0,25%, mantendo a expressão “por um período considerável” em sua ata, referindo-se ao nível da taxa de juros atual, postergando possíveis aumentos somente para o início de 2015. Todavia, anunciou aumentos nos juros de 2015, bem como o encerramento do programa de compra de ativos ao final de outubro deste ano.

¹ Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

No Brasil, dado o movimento de desaceleração do crescimento econômico, verificado desde o início do ano, o governo optou por manter as medidas de estímulo à economia, tais como a desoneração da folha de pagamentos de alguns setores da economia, como linha branca, automóveis, máquinas e equipamentos, além da manutenção da taxa de juros e política de incentivo ao crédito. O PIB no segundo trimestre reduziu 0,6%, após recuar 0,2% no trimestre anterior, uma queda de 0,9% em relação ao mesmo período de 2013.

Em relação à Balança Comercial, as exportações brasileiras somaram US\$ 173,6 bilhões de janeiro a setembro de 2014, o que representou uma redução de 1,7% sobre o mesmo período do ano anterior, quando registraram US\$ 177,5 bilhões. As importações por sua vez, totalizaram US\$ 174,3 bilhões, com retração de 2,2% em relação ao mesmo período de 2013 (US\$ 179,3 bilhões). Dessa forma, a balança comercial registrou déficit de US\$ 690 milhões no período. Segundo o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), este resultado advém da maior retração dos produtos manufaturados (-7,1%) e semifaturados (-4,2%), parcialmente compensados pela expansão das commodities (+2,3%) para o caso das exportações enquanto para as importações, o resultado é fruto da queda em bens de capital (-5,7%), bens de consumo (-2,7%), matérias-primas e intermediários (-1,2%).

No período, houve o aumento no fluxo de capitais para o país, resultado da política monetária atual e do programa de oferta de swaps cambiais que, segundo o Banco Central, será mantido pelo menos até o fim de 2014, ampliando a captação de recursos das empresas no mercado internacional. O estoque dessas operações chega a US\$ 95,5 bilhões. Assim, o fluxo cambial ficou positivo em US\$ 4,2 bilhões, o mais alto desde novembro de 2013. Este resultado contrabalanceou o resultado da Balança Comercial. No acumulado de janeiro a setembro de 2014, a moeda brasileira apresentou desvalorização de 4,63% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 2,4510/US\$ em 30 de setembro, contra uma desvalorização de 9,13% no mesmo período de 2013, quando era cotada a R\$ 2,2300/US\$, o que representou uma desvalorização cambial de 9,9% nos últimos 12 meses.

Em relação aos índices de preço da economia, o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou inflação de 1,75% no acumulado de janeiro a setembro de 2014, retraindo 2,13% pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2013, quando registrou 3,70%. Este resultado foi impulsionado pela retração nos custos com commodities e matéria prima, apresentando quatro meses consecutivos de queda. No comparativo mensal, o indicador voltou a subir 0,20%, por conta dos preços no setor atacadista, bem como maior ritmo de inflação no varejo, puxado pelos preços de saúde, cuidados pessoais e habitação, além do ritmo menor, porém ainda positivo, dos preços para construção civil.

Já o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado de janeiro a setembro, encerrou o período em 4,61%, 0,82 ponto percentual acima do ano anterior (3,79%). A aceleração deve-se ao aumento nos custos com alimentação, cujo maior impacto foi a elevação do preço das carnes. Os itens de habitação, custos com mão de obra doméstica e artigos de limpeza também auxiliaram para elevar o índice. Houve aumento nos custos administrados, devido aos reajustes anuais nas tarifas. Já o item de transportes, sofreu aumento impulsionado pelas passagens aéreas.

Com relação à política monetária, em decorrência do nível da atividade, o Comitê de Política Monetária (Copom) sinalizou a manutenção da taxa em 11,00% a.a. até o fim de 2014. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), por sua vez, continuou em 5,00% a.a. e será mantida nesse patamar no próximo trimestre.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	9M 2014	9M 2013	Variação
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (*)	2,4510	2,2300	0,2210
Valorização / (desvalorização) cambial - Real em relação ao Dólar	-4,63%	-9,13%	4,5 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	1,75%	3,70%	-1,95 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	4,61%	3,79%	0,82 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	7,92%	5,72%	2,2 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	3,81%	3,73%	0,08 p.p.

(*) Cotação no encerramento do período.

4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO

O período entre janeiro e setembro de 2014 foi marcado pela continuidade do baixo índice de chuvas na região sudeste, confirmando um cenário de escassez que se configura desde o último trimestre de 2012. Como consequência, houve a elevação significativa dos custos de energia, cujos efeitos impactam temporariamente os resultados das distribuidoras de energia.

Os principais efeitos deste cenário climático adverso foram (i) insuficiência de recursos hídricos desde o final de 2012, fundamentais para geração de energia via fontes hidráulicas e que possuem custos menores, (ii) elevação do preço da energia no mercado *spot* aos maiores níveis históricos (R\$ 822,32/MWmed) de fevereiro a maio de 2014 e (iii) necessidade de aumento no despacho térmico, de forma a garantir o suprimento de energia no país.

Parte deste aumento de custos foi compensado através de repasses governamentais, com recursos do Tesouro Nacional via Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) e também por meio de Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“Conta ACR”) com participação de instituições financeiras. Até setembro de 2014, foram repassados R\$ 17,8 bilhões ao setor elétrico. Os recursos foram destinados para cobrir custos incorridos no período de janeiro a dezembro de 2014.

De acordo com a regulação vigente, os custos não cobertos pela CDE ou Conta ACR e também não contemplados pela cobertura tarifária vigente, compõem a conta de Ativos Regulatórios. Esta conta é considerada durante os processos tarifários anuais, compensando, assim, os impactos nos resultados financeiros da companhia nos exercícios subsequentes. No caso da Elektro, estes custos serão recuperados gradualmente durante os próximos meses, dado que foram contemplados no último reajuste tarifário da Companhia, ocorrido em 27 de agosto de 2014.

Caso os Ativos Regulatórios fossem passíveis de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o EBITDA atual passaria de R\$ 205,4 milhões para R\$ 612,6 milhões (acréscimo de R\$ 407,2 milhões), comparado com R\$ 555,2 milhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 10,3%. Já o Lucro Líquido passaria do atual R\$ 1,2 milhão para R\$ 269,9 milhões (aumento de R\$ 268,7 milhões), frente a R\$ 261,0 milhões no mesmo período de 2013, implicando em um crescimento de 3,4%, motivado pelos efeitos mencionados anteriormente, o que reflete o real desempenho financeiro e operacional da Elektro.

Com o objetivo de garantir a liquidez financeira durante este momento de descasamento de caixa até a recomposição pelo reajuste tarifário, bem como manter o nível de investimento planejado, a Companhia captou, de forma preventiva, recursos no mercado financeiro a taxas atrativas. Em junho de 2014, foram captados R\$ 400 milhões ao custo médio de 103,7% do CDI por meio de linha de capital de giro via Lei 4131 (vide mais detalhes do empréstimo no item 7 deste relatório).

4.1. Reajuste Tarifário

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas.

Sendo assim, em 27 de agosto de 2014 ocorreu o Reajuste Tarifário da Elektro, homologado pela Resolução nº 1.778 da ANEEL, de 19 de agosto de 2014. O reajuste considerou a (i) correção da parcela B, isto é, dos Custos Operacionais da companhia, por IGP-M, (ii) devolução da última parcela do componente financeiro referente à postergação da Revisão Tarifária de 27 de agosto de 2011 para 27 de agosto de 2012, atualizado pela Selic, no valor de R\$ 99,8 milhões e (iii) como fator principal, considerou o incremento na ordem de 43% nos custos com a compra de energia, frente ao ano anterior, impactando temporariamente os resultados financeiros da companhia, os quais foram parcialmente amenizados por meio dos recursos da CDE e empréstimos governamentais via conta ACR. Considerando todos estes efeitos, as tarifas da Elektro foram reajustadas em média 37,78%, permitindo, assim, a recuperação gradual dos resultados ao longo do próximo ano regulatório.

4.2. Lei 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e 8.221/14

O Governo Federal oficializou por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica (o que resultou na Revisão Tarifária Extraordinária, aplicada em 24 de janeiro de 2013) e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição definida pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados seriam indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplariam os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos. Adicionalmente, a Lei também desobrigou as distribuidoras do recolhimento da RGR (Reserva Global de Reversão), transferiu as necessidades da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e reduziu em 2013 o valor da cota da CDE para as distribuidoras em 75%, sendo que, para compensar estas alterações, a CDE passou a receber aportes adicionais do governo. Para as concessionárias de Distribuição também haveria condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 não causou impactos no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028.

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões e a energia proveniente das concessões renovadas foi distribuída por meio de cotas, que, no entanto, não foram suficientes para suprir as necessidades de mercado de cada distribuidora. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela ANEEL e atraso na operação comercial de outras, com postergações de cronogramas aprovadas pela ANEEL e/ou liminares judiciais concedidas para suspensão do início de suprimento dos CCEARs firmados. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia.

Somam-se a isso, condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012 até o primeiro semestre de 2014, quando os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram os menores patamares, levando ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados. Cita-se ainda o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica a partir de setembro de 2012, dentre elas a Elektro, o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado de curto prazo.

No intuito de amenizar os impactos no caixa e no resultado das Distribuidoras, o governo tomou diversas medidas, dentre elas a emissão, em 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.891/13, que orientou a utilização dos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores. Em 7 de março de 2013 foi publicado o Decreto 7.945/13, alterando o Decreto 7.891/13, ao incluir a possibilidade de repasses de recursos de CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, e cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética durante o ano de 2013.

Em junho de 2013 ocorreu o Leilão A-0 de energia existente, com intuito de suprir a exposição involuntária das distribuidoras decorrente do cancelamento do Leilão A-1 previsto para dezembro de 2012 e insuficiência na distribuição de cotas. No entanto, devido à falta de oferta de energia neste leilão, a necessidade de energia declarada pela Elektro foi integralmente frustrada. Em dezembro de 2013 ocorreu novo leilão (A-1) de energia para início de suprimento em janeiro de 2014. Neste novo leilão a Elektro conseguiu adquirir cerca de 50% da energia declarada para 2014 (288,6 MWmed), com preços médios 37% superiores aos vigentes em seus contratos e acima do previsto na tarifa, o que contribuiu para a pressão sobre os custos de energia, seja pela manutenção da exposição involuntária ao mercado spot, seja pelos maiores preços da energia contratada.

Em 7 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que alterou novamente o Decreto 7.891/13. O novo decreto orientou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, foi de R\$ 100,1 milhões.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que define a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR com a destinação de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEARs, na modalidade por disponibilidade, e normatizando o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. Tendo em vista que tal montante se mostrou insuficiente para a finalidade desejada, em 15 de agosto de 2014 foi assinado novo Contrato de Financiamento, no valor adicional de R\$ 6,6 bilhões. A CCEE liquida esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE, pois a restituição dos empréstimos será realizada com base na magnitude do mercado de cada distribuidora de energia, promovendo assim, a socialização dos custos para todo o setor. O montante repassado à Elektro foi contabilizado como um redutor dos custos de energia e o empréstimo contabilizado no balanço contábil da CCEE, já que as distribuidoras não disponibilizaram nenhuma garantia direta para esse contrato.

Os custos cobertos por essa operação devem compreender o período de fevereiro a dezembro de 2014. Assim, em setembro de 2014, a Companhia havia recebido R\$ 858,3 milhões, provenientes da conta ACR, para a cobertura de custos, dos quais R\$ 305,2 milhões referentes a fevereiro de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 1.256/14, R\$ 274,9 milhões referente a março de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 1.443/14, R\$ 150,7 milhões referente a abril de 2014 (cobertura parcial), conforme Despacho ANEEL nº 1.696/14, R\$ 88,5 milhões referente a maio de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 2.866/14, R\$ 18,5 milhões referente a junho de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 3.017/14, R\$ 20,5 milhões referente a julho de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 3.588/14. Adicionalmente a Companhia possui contas a receber em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$ 59,2 milhões, sendo R\$ 17,3 referente a agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 3.968/14 o qual foi repassado em 06 de outubro de 2014 e R\$ 41,8 referente a exposição involuntária no mercado de curto prazo e CCEAR's na modalidade por disponibilidade no mês setembro de 2014.

Assim, até 30 de setembro de 2014, foi contabilizado na rubrica “Energia comprada para revenda”, como redutor de custos de energia, o montante de R\$ 1,02 bilhão, compensando parcialmente os impactos da alta dos custos de energia sobre os resultados da Companhia.

Adicionalmente, em 30 de abril de 2014 ocorreu o 13º Leilão de Energia Existente A-0, no qual a Elektro adquiriu 212 MWmed, o que contribuiu para redução da sua exposição involuntária ao mercado spot para o ano de 2014. A Elektro conta com os leilões de energia promovidos pela CCEE como o principal mecanismo para a compra de energia sendo que, frustrações ocorridas neste mecanismo pela oferta insuficiente frente à demanda pleiteada, e então eventual exposição, são consideradas como involuntárias, o que não implicará em penalidades sendo respectivo custo repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

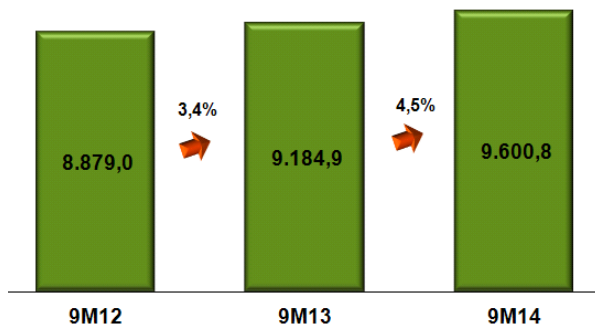
4.3. 4º Ciclo de Revisão Tarifária

Em 10 de junho a ANEEL abriu a 1ª Fase da Audiência Pública 023/2014, cujo objetivo é obter subsídios para o estabelecimento das metodologias e critérios gerais para as revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica. A Elektro enviou as suas contribuições escritas no dia 01 de setembro (prazo da ANEEL para recebimento de contribuições). Tão logo os resultados desta Audiência sejam publicados, a Elektro fará sua divulgação.

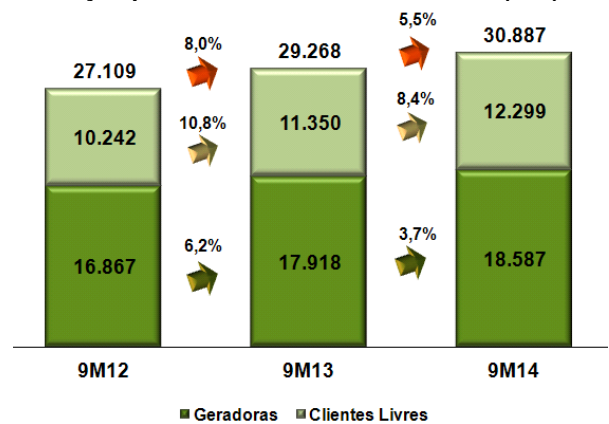
5. DESEMPENHO COMERCIAL

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

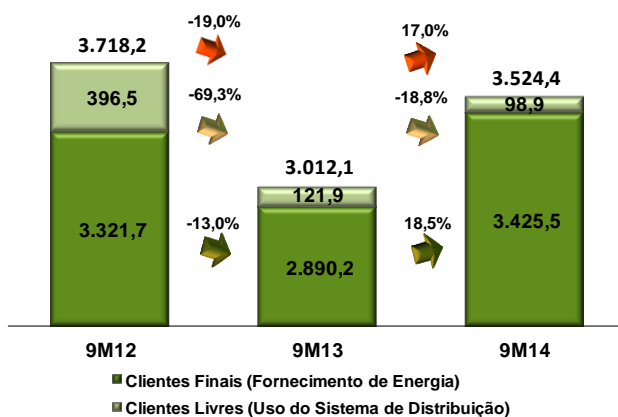
Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) ^(*)



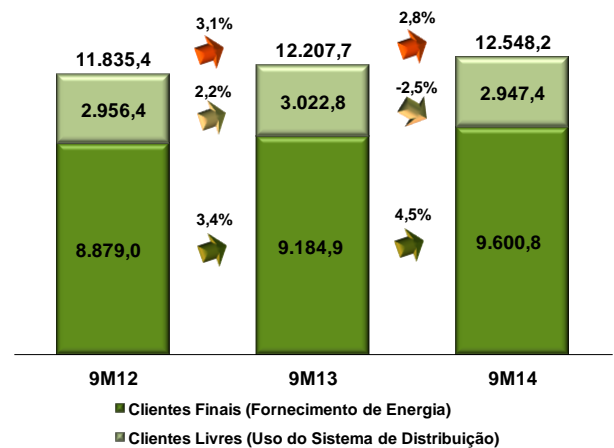
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) ^(*)



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) ^(*)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh ^(*)		
	9M 2013	9M 2014	Var. %
Residencial	3.065,4	3.273,3	6,8%
Industrial	2.720,4	2.686,6	-1,2%
Comercial	1.732,7	1.873,6	8,1%
Rural	701,9	784,6	11,8%
Poder Público	230,8	245,0	6,2%
Iluminação Pública	333,6	350,6	5,1%
Serviços Públicos	400,1	387,1	-3,2%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	9.184,9	9.600,8	4,5%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW ^(*)		
	9M 2013	9M 2014	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	29.267,8	30.886,6	5,5%

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	9M 2013	9M 2014	Var. %
Residencial	1.186,2	1.372,7	15,7%
Industrial	760,8	840,4	10,5%
Comercial	611,4	722,7	18,2%
Rural	143,4	185,2	29,2%
Poder Público	81,4	94,4	16,0%
Iluminação Pública	69,6	82,9	19,1%
Serviços Públicos	96,3	111,3	15,6%
Receita não Faturada ⁽²⁾	(58,8)	16,0	127,2%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	2.890,2	3.425,5	18,5%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	9M 2013	9M 2014	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	121,9	98,9	-18,8%
Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	3.012,1	3.524,4	17,0%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

(2) Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado. Considerando que a contabilização da receita não faturada é o resultado líquido da provisão do mês corrente menos o estorno da provisão do mês anterior, e que esta estimativa tem como base um percentual sobre a receita faturada, o resultado do primeiro semestre de 2013 está impactado pela redução das tarifas a partir de 24 de janeiro de 2013.

Nos primeiros nove meses do ano a Elektro forneceu 9.601 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando um aumento no consumo de 4,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (9.185 GWh).

A temperatura mais elevada no período de janeiro a setembro de 2014 foi a principal responsável pela elevação do consumo das classes residencial, comercial e poder público, influenciado pela sensação térmica registrada, que superou, em média, 1,5° C a temperatura registrada nos primeiros nove meses de 2013. A classe residencial apresentou crescimento de 6,8%, a comercial 8,1% e o poder público 6,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O consumo cativo da classe industrial, por sua vez, apresentou redução de 1,2% no acumulado até setembro deste ano, quando comparado ao mesmo período de 2013. Considerando a totalidade dos

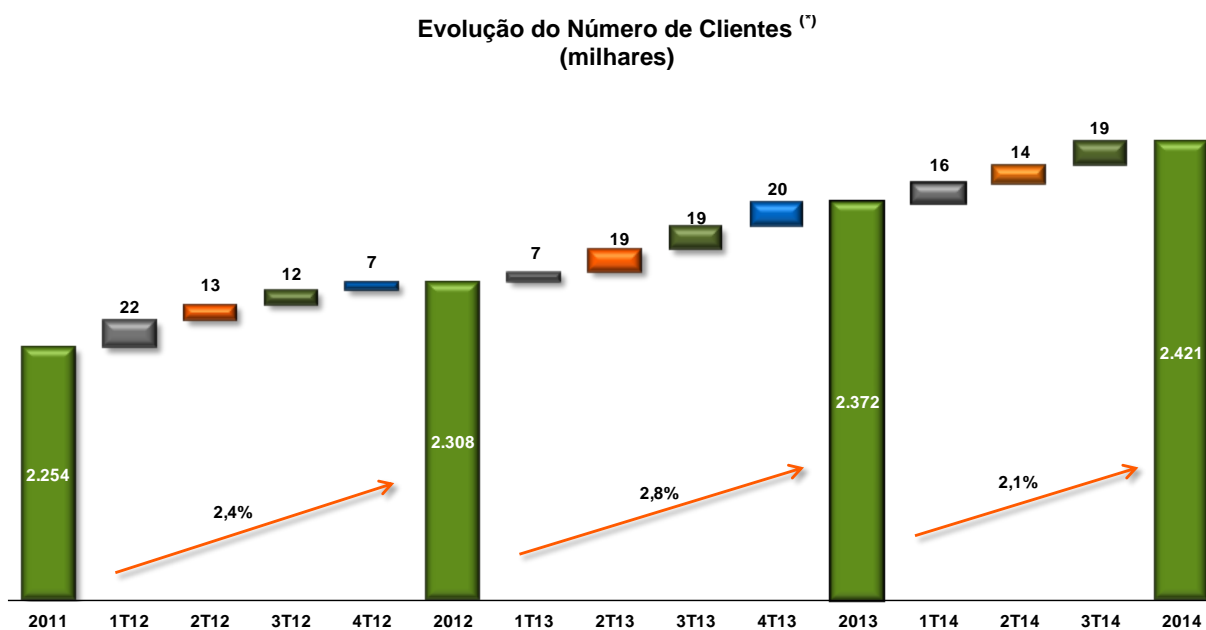
clientes industriais, nos mercados livre e cativo, a classe apresentou redução no consumo de 2,0% na comparação de igual período. Esta variação é menor quando comparada com os dados da Produção Industrial, que segundo o IBGE apresentou redução de 3,1% no acumulado de janeiro a agosto de 2014.

O consumo da classe rural cresceu 11,8% no acumulado de janeiro a setembro, quando comparado ao mesmo período de 2013. Este crescimento é explicado pelo baixo índice de chuvas verificado durante todo o ano, resultando na intensificação do uso de sistemas de irrigação na área de concessão.

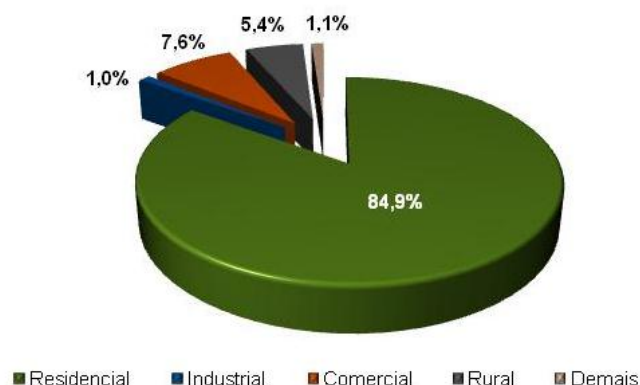
A classe de serviços públicos apresentou redução de 3,2% no consumo acumulado de janeiro a setembro de 2014. O impacto negativo deve-se à migração de um grande cliente para o mercado livre, o qual foi faturado parcialmente em 2013 como cliente cativo, elevando a base de comparação e, também, pelo menor volume de bombeamento de água, devido à estiagem.

De janeiro a setembro de 2014, o crescimento do mercado na área de concessão da Elektro foi de 2,8%. O consumo do mercado cativo cresceu 4,5% ao passo que dos clientes livres reduziram o consumo em 2,5%. Em setembro de 2014 a Elektro faturou 117 clientes no mercado livre, frente a 112 clientes faturados no mesmo período de 2013.

Em setembro de 2014, foram atendidos 2,4 milhões de clientes, com incremento de 2,8%, representado por 69 mil novos clientes, quando comparado ao mês de setembro de 2013. O crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do número de domicílios ligados à rede elétrica, foram responsáveis pelo aumento na base de clientes da Elektro.



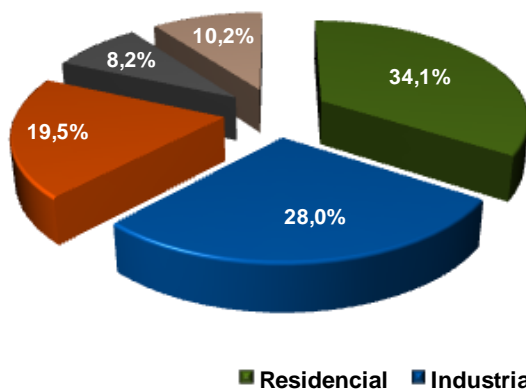
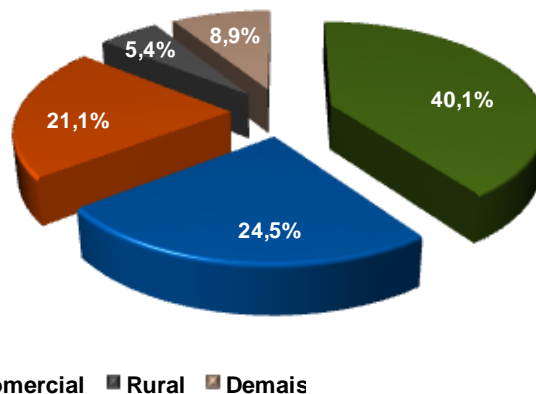
(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Segmentação dos Clientes ^(*)
 (Total: 2,4 milhões)


(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação nos primeiros nove meses de 2014:

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (9.600,8 GWh) ^(*)

Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (R\$ 3.425,5 milhões) ⁽¹⁾


(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) Inclui receita não faturada a clientes finais.

5.3. Contratos de Compra de Energia

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2014. Ainda assim, após os eventos descritos abaixo, a Elektro apresenta uma insuficiência contratual média anual de 9,7%² em 2014, que decorre da combinação dos seguintes efeitos:

² Poderá sofrer redução em função do efeito da Liminar nº 0009500-90.2013.4.01.4100 a favor do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S/A(ESBR), responsável pela Usina UHE Jirau.

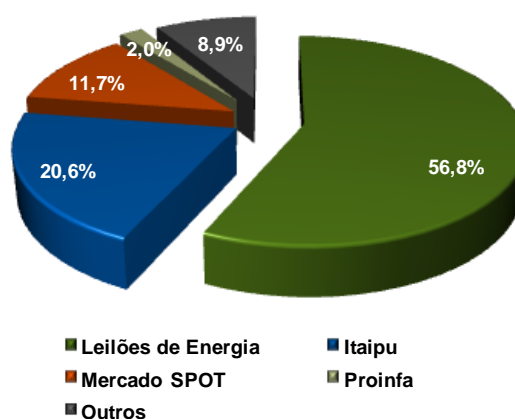
- (i) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2012 em virtude do cancelamento do Leilão A-1 previsto para 2012 e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13;
- (ii) rescisão contratual dos CCEARs provenientes dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL;
- (iii) falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período de julho de 2013 a junho de 2014;
- (iv) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no Leilão A-1, ocorrido em 17 de dezembro de 2013;
- (v) atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração, com consequente suspensão da obrigação contratual de suprimento dos CCEARs devido principalmente a liminares judiciais, mas também a determinações da ANEEL;
- (vi) realização do Leilão A-0 em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed a partir de maio de 2014, reduzindo o percentual de insuficiência contratual para este ano.

Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários.

Assim, nos primeiros nove meses de 2014 o suprimento de energia para a Elektro foi realizado (i) 56,8% por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado, (ii) 20,6% da energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 11,7% decorreram de compras no mercado *spot*, (iv) 2,0% provém de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa), (v) 8,9% provenientes de outras fontes, tais como Contratos de Cotas decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13 e de também por compra de energia de Geração Distribuída.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro nos primeiros nove meses de 2014:

Contratos de Compra de Energia (*)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Em 2014 e para os anos subsequentes, há ainda necessidade de contratação de energia decorrente da insuficiência contratual não suprida em 2013 e 2014, em concordância com os motivos citados anteriormente. Conforme comentado, esta necessidade foi parcialmente suprida através do 13º Leilão de Energia Existente A-0, que ocorreu em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed a partir de maio de 2014. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2014 foi adquirida em leilões de anos anteriores e no 19º Leilão de Energia Nova A-3, que

ocorreu em 06 de junho de 2014, com a aquisição de 5,77 MWmed. A Elektro conta com os leilões de energia promovidos pela CCEE como o principal mecanismo para a compra de energia sendo que, frustrações ocorridas neste mecanismo pela oferta insuficiente frente à demanda pleiteada, e então eventual exposição, são consideradas como involuntárias, o que não implicará em penalidades sendo respectivo custo repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

6. RESULTADOS

Demonstração de Resultados	9M 2014	9M 2013	9M 2014/9M 2013	
			△ R\$	△ %
Venda de Energia Clientes Finais	3.425,5	2.890,2	535,3	18,5%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	98,9	121,9	(23,0)	-18,9%
Receita de construção	213,5	232,1	(18,6)	-8,0%
Outras Receitas	411,3	214,5	196,8	91,7%
Receitas Operacionais	4.149,2	3.458,7	690,5	20,0%
Deduções às Receitas Operacionais	(1.138,8)	(924,3)	(214,5)	23,2%
Receitas Operacionais Líquidas	3.010,4	2.534,4	476,0	18,8%
Energia Comprada para Revenda	(2.185,1)	(1.413,8)	(771,3)	54,6%
Custo de Construção	(213,5)	(232,1)	18,6	-8,0%
Gastos e Despesas Operacionais	(518,9)	(495,2)	(23,7)	4,8%
Resultado do Serviço	92,9	393,3	(300,4)	-76,4%
EBITDA *	205,4	502,9	(297,5)	-59,2%
Resultado Financeiro	(83,7)	(45,0)	(38,7)	86,0%
Lucro Líquido	1,2	226,5	(225,3)	-99,5%

* O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido (R\$ 1,2 milhões nos primeiros nove meses de 2014) ajustado pelo resultado financeiro (-R\$ 83,7 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 8,0 milhões), e depreciação e amortização (R\$ 112,5 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

A Receita Operacional Bruta da Elektro foi de R\$ 4,1 bilhões nos primeiros nove meses de 2014, registrando crescimento de 20,0% em relação ao mesmo período de 2013 (R\$ 3,5 bilhões). Já as Receitas Operacionais Líquidas atingiram R\$ 3,0 bilhões, com incremento de 18,8% em comparação com o acumulado nos primeiros nove meses de 2013 (R\$ 2,5 bilhões). As variações observadas devem-se principalmente a:

- (i) reajuste nas tarifas aplicado a partir de 27 de agosto de 2014, resultado do Reajuste Tarifário de 2014, cujo efeito médio percebido pelo consumidor é um incremento de 37,78% nas tarifas praticadas;
- (ii) crescimento no fornecimento de energia a clientes finais de 4,5%, em especial no consumo das classes residencial e comercial; e
- (iii) incremento de R\$ 196,8 milhões em Outras Receitas, em especial: (a) na contabilização pela CCEE de excedente financeiro referente ao suprimento de energia no montante de R\$ 153,6 milhões, (b) nas subvenções de CDE para subsídio tarifário no valor de R\$ 35,5 milhões, (c) parcialmente compensados pela menor receita do uso do sistema de distribuição e receita de construção, com redução de R\$ 41,6 milhões.

O Custo da Energia Comprada para Revenda registrou incrementos significativos desde o último trimestre de 2012, devido ao maior despacho de usinas térmicas e às compras de energia no mercado *spot* a preços de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) elevados conforme motivos detalhados no item 4 deste Relatório.

De forma a reduzir estes impactos, foram repassados via CDE o montante de R\$ 100,1 milhões, referente à competência de janeiro de 2014 e R\$ 858,3 milhões referente às competências de fevereiro a julho do mesmo ano. Adicionalmente a Companhia possui contas a receber em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$ 59,2 milhões referente aos custos incorridos em agosto com compra de energia, além da exposição involuntária no mercado de curto prazo e CCEAR's na modalidade por disponibilidade no mês setembro de 2014. Com isso, o total contabilizado como redutor de custos de energia comprada em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 1,02 bilhão.

Assim, o aumento dos custos de energia comprada foi de 54,6% (R\$ 2.185,1 milhões) nos primeiros nove meses de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, dentre outros fatores, ao incremento nos preços médios de contrato de energia em relação aos primeiros nove meses de 2013 (principalmente em função dos maiores preços contratados no leilão A-1 ocorrido em dezembro de 2013 e no leilão A-0 ocorrido em abril de 2014), a exposição involuntária e ao crescimento de mercado. Estes custos adicionais serão recuperados ao longo do ano regulatório vigente (de setembro de 2014 a agosto de 2015), dado que foram considerados no reajuste tarifário de 2014, neutralizando os impactos registrados pela companhia no período.

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 518,9 milhões, com incremento de 4,8% (R\$ 23,7 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, acompanhando o movimento apresentado pelos índices de inflação do período.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 205,4 milhões, com redução de 59,2% em relação ao EBITDA dos primeiros nove meses de 2013 (R\$ 502,9 milhões) e redução da margem EBITDA em relação ao mesmo período (de 19,8% de janeiro a setembro de 2013 para 6,8% para o mesmo período de 2014), decorrente do aumento dos custos de energia comprada em R\$ 771,3 milhões, devido a exposição involuntária, aumento no despacho de usinas térmicas, crescimento de mercado e ao incremento nos preços médios de contrato de energia (principalmente em função dos preços mais elevados contratados no leilão A-1 ocorrido em dezembro de 2013 e no leilão A-0 ocorrido em abril de 2014).

O Resultado Financeiro apresentou despesa financeira líquida com aumento de 86,0% (R\$ 38,7 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. As maiores despesas de juros e variação monetária são relacionadas ao maior saldo médio de dívida do período (empréstimos, financiamentos e debêntures) e aumento dos seus indexadores (IPCA, IGP-M e CDI).

Considerando os fatores acima mencionados, a Elektro registrou lucro líquido de R\$ 1,2 milhão no acumulado de janeiro a setembro de 2014, com redução de 99,5% quando comparado ao mesmo período de 2013 (R\$ 226,5 milhões) e a margem líquida passou de 8,94% no primeiro semestre de 2013 para 0,04% no mesmo período de 2014. É importante ressaltar que os efeitos negativos dos impactos no custo de energia foram contemplados no Reajuste Tarifário de agosto de 2014 e serão compensados até agosto de 2015.

6.1. Resultado ajustado

R\$ Milhões

DRE - Resultado ajustado	2014	2013	Variação	
	9M 2014	9M 2013	R\$ Mil	%
Receitas operacionais líquidas	3.010,3	2.534,4	475,9	18,8
(-) Receita de construção	213,5	232,1	(18,6)	-8,0
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(37,7)	(15,7)	(22,0)	140,1
Receitas operacionais líquidas ajustadas	2.834,5	2.318,0	516,5	22,3
Resultado do Serviço	92,9	393,3	(300,4)	-76,4
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(37,7)	(15,7)	(22,0)	140,1
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(369,5)	(36,6)	(332,9)	909,6
Resultado do Serviço ajustado	500,1	445,6	54,5	12,2
EBITDA	205,4	502,9	(297,5)	-59,2
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(37,7)	(15,7)	(22,0)	140,1
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(369,5)	(36,6)	(332,9)	909,6
EBITDA ajustado	612,6	555,2	57,4	10,3
Lucro (prejuízo) líquido	1,2	226,5	(225,3)	-99,5
(-) Ajustes EBITDA líquidos de IR/CS	(268,7)	(34,5)	(234,2)	678,8
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	269,9	261,0	8,9	3,4

Os Resultados da Companhia nos primeiros nove meses de 2014 e 2013, apresentados no item 6 deste Relatório, estão impactados por eventos que foram contemplados durante o Reajuste Tarifário de 2014, e que serão recuperados até agosto de 2015. Esses eventos estão apresentados no quadro acima como "ativos e passivos regulatórios". As Receitas Operacionais Líquidas (ROL) são ajustadas principalmente pela Receita de Construção, que tem impacto nulo sobre o Resultado da Companhia, uma vez que é uma contrapartida das variações do Custo de Construção, dado que não há margem de contribuição na prestação deste serviço pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil (maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 10.3). Dessa forma, a exclusão destes efeitos sobre as Receitas Operacionais Líquidas resultaria em uma receita de R\$ 2,8 bilhões nos primeiros nove meses de 2014 contra R\$ 2,3 bilhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 22,3%, motivado principalmente pela melhora no mix de consumo de energia e pelo crescimento de mercado na área de concessão, além do reajuste tarifário a partir de agosto de 2014.

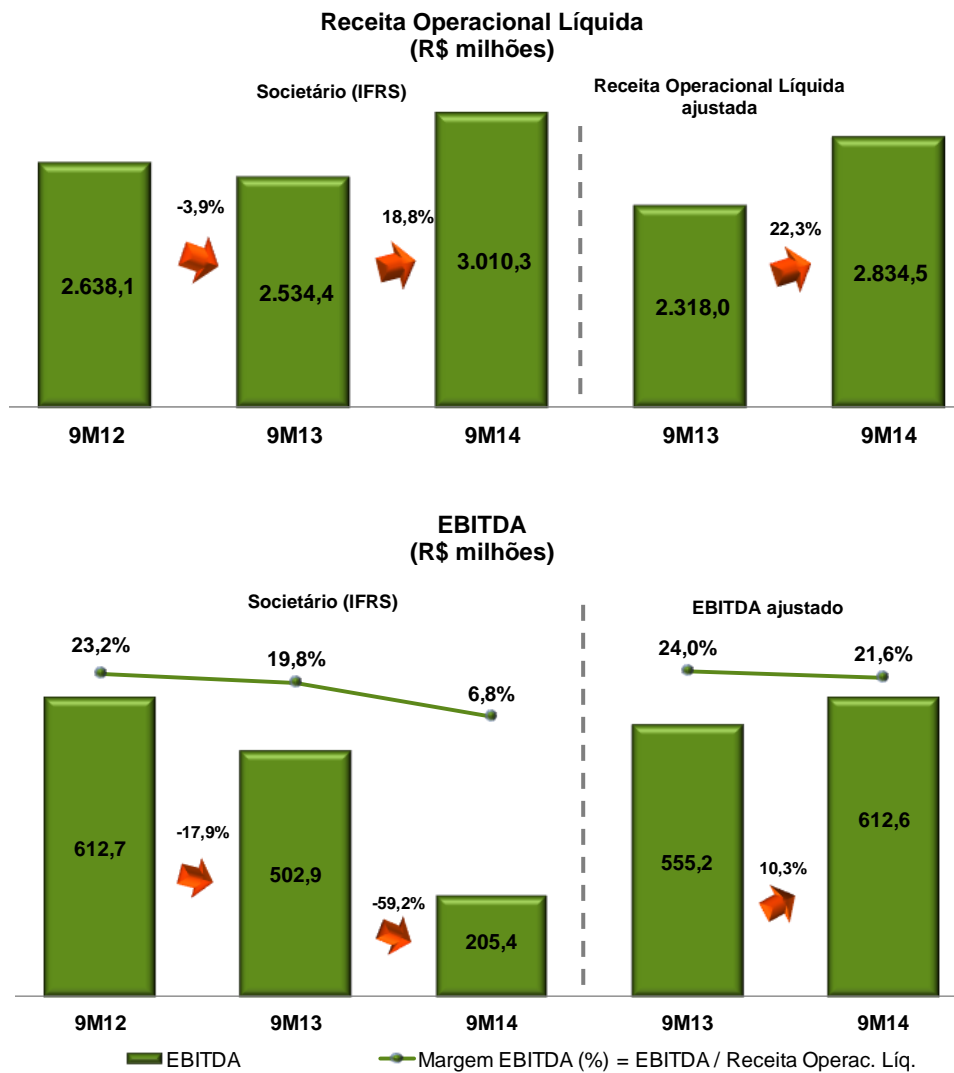
O EBITDA contém ainda, além do efeito dos ativos e passivos regulatórios sobre a Receita, o impacto negativo dos Custos de Energia Comprada (também contemplados no Reajuste Tarifário de 2014 e que serão recuperados nos mesmos moldes dos ativos e passivos regulatórios) de R\$ 369,5 milhões nos primeiros nove meses de 2014 e de R\$ 36,6 milhões no mesmo período de 2013. Se efetuados os ajustes para exclusão desses eventos em ambos os períodos, considerando os repasses desses valores nas tarifas da Companhia, o EBITDA ajustado seria de R\$ 612,6 milhões de janeiro a setembro de 2014 e de R\$ 555,2 milhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 10,3% neste período. Da mesma forma, o Resultado do Serviço ajustado seria de R\$ 500,1 milhões no acumulado de janeiro a setembro de 2014 contra R\$ 445,6 milhões no mesmo período de 2013, o que representaria um incremento de 12,2%. Os fatores que motivaram esse crescimento são os mencionados no item 6 deste relatório (página 13), referindo-se ao Reajuste Tarifário, crescimento no fornecimento de energia e incremento na linha de Outras Receitas.

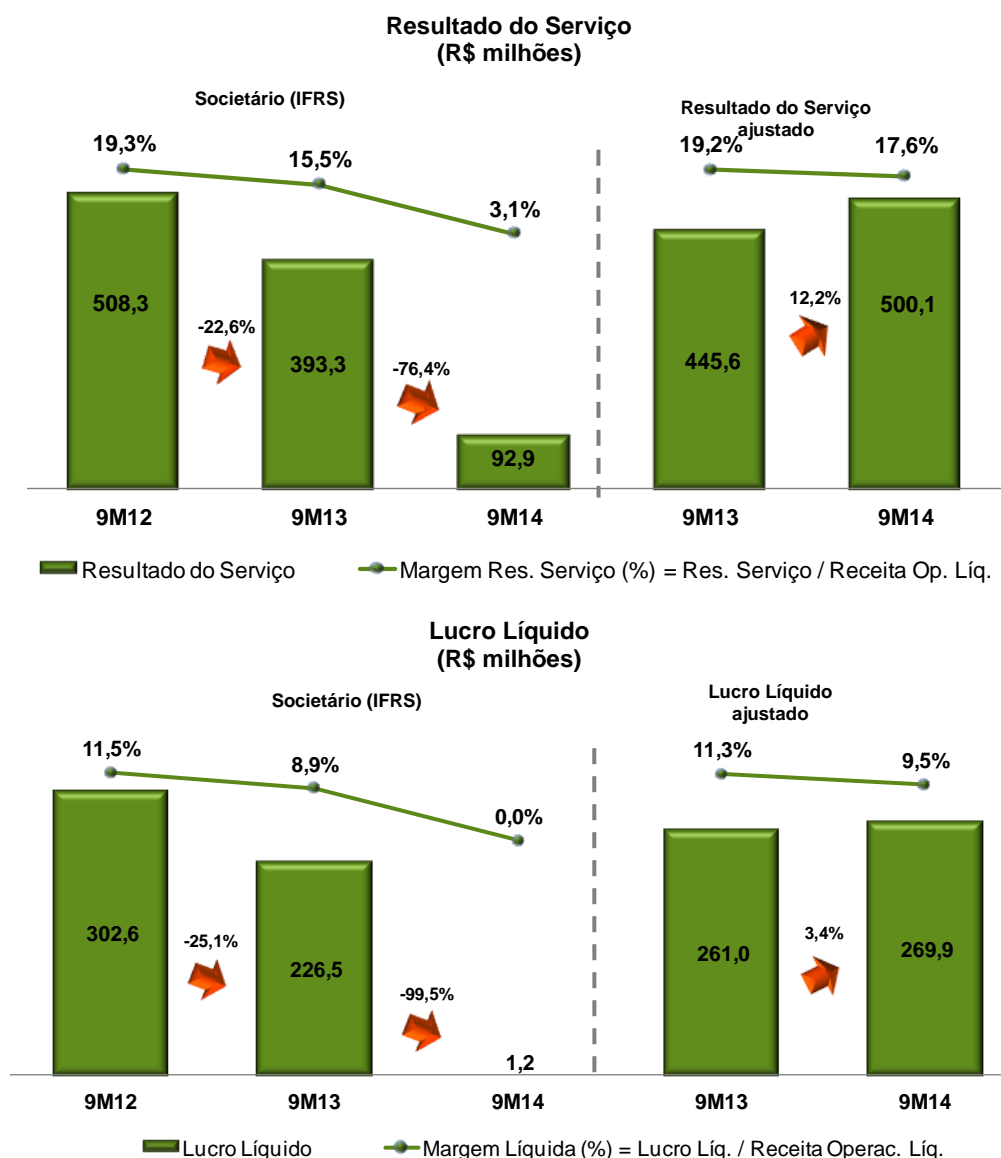
Considerando os efeitos destes mesmos ajustes no EBITDA e Resultado do Serviço, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, o Lucro Líquido acumulado até setembro de 2014 seria de R\$ 269,9 milhões frente a R\$ 261,0 milhões no mesmo período de 2013, implicando em um crescimento de 3,4% no Lucro Líquido ajustado, motivado pelos efeitos mencionados anteriormente.

A Elektro entende que esses ajustes são necessários para um adequado entendimento da real situação econômica da companhia, descontados os efeitos temporários decorrentes do descasamento entre

variações de custos não gerenciáveis e o reflexo destas variações nas Receitas, que foram ajustados a partir do último Reajuste Tarifário e também serão considerados nos processos tarifários subsequentes, conforme a regulação do setor.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados da Elektro nos primeiros nove meses de 2014 comparados ao mesmo período de 2013, considerando os resultados societários (IFRS) e ajustados (ajustes de ativos e passivos regulatórios):





6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 2013 foram distribuídos Dividendos Intermediários com base no Lucro Líquido apurado no primeiro semestre de 2013 no valor de R\$ 78,3 milhões, pagos em 1º de novembro de 2013. Também foram declarados Juros sobre Capital Próprio referentes ao exercício social de 2013 no total de R\$ 93,1 milhões pagos, líquidos de imposto de renda retido na fonte, em 23 de dezembro de 2013.

Em 20 de março de 2014, a Assembleia Geral dos Acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 163,0 milhões, referentes ao exercício social de 2013 (deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio).

Em 15 de outubro de 2014, a Assembleia Geral dos Acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 12,7 milhões, referentes ao Lucro Líquido do primeiro semestre de 2014. Na mesma data, a Assembleia Geral dos Acionistas da Elektro aprovou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio e reconhecimento no balanço da Companhia no valor de R\$ 94,1 milhões. O pagamento dos Dividendos referentes ao exercício social de 2013, Dividendos Intermediários e Juros sobre Capital Próprio ocorrerá até 31 de dezembro de 2014, conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

30/09/2014	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros				
Debêntures	5,2	1.000,6	1.005,9	46,3%
BNDES Finem / Finame	29,4	301,2	330,7	15,2%
Eletrobrás	13,9	61,6	75,6	3,5%
Finep	10,6	36,8	47,4	2,2%
BEI	12,1	280,8	293,0	13,5%
Moeda Estrangeira (4131)	2,2	400,0	402,1	18,5%
Arrendamento mercantil	3,8	16,0	19,9	0,9%
Total da Dívida	77,3	2.097,1	2.174,5	100,0%
Perfil da Dívida	4%	96%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾			(701,1)	
Endividamento Líquido			1.473,3	

(1) Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

A Elektro encerrou os primeiros nove meses de 2014 com endividamento líquido de R\$ 1.473,3 milhões (28,0% maior que a posição encerrada em 31 de dezembro de 2013, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.151,0 milhões), resultado do endividamento total de R\$ 2.174,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 701,1 milhões. A dívida de curto prazo corresponde a 4% do total do endividamento.

Nos primeiros nove meses de 2014, a empresa captou o total de R\$ 597,0 milhões, dos quais R\$ 197,3 milhões para financiar seu programa de investimentos, sendo (i) R\$ 194,0 milhões por meio da nova linha de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) e (ii) R\$ 3,3 milhões por meio da linha financiamento relacionada a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

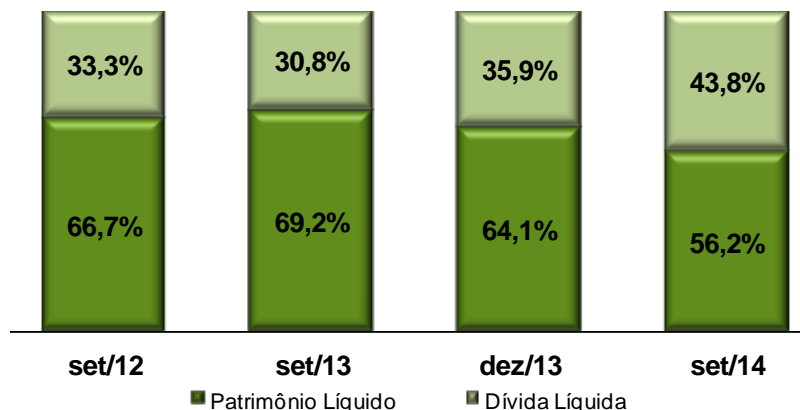
Em continuidade ao Programa Luz Para Todos, no primeiro semestre de 2014 a empresa também assinou dois novos contratos de financiamento com a Eletrobrás com o prazo de 5 anos, no montante total de R\$ 25,1 milhões, cuja liberação dos recursos ainda não ocorreram.

Entre os dias 10 e 17 de junho de 2014, a empresa utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, contratou linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 400,0 milhões (US\$ 177,5 milhões) e com prazo de vencimento de 2 anos.

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado desta operação, a empresa contratou *swap* com o mesmo prazo de vencimento e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional com um custo médio final atrelado a 103,7% do CDI.

Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de seus investimentos e manutenção de sua liquidez financeira.

Estrutura de Capital
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))

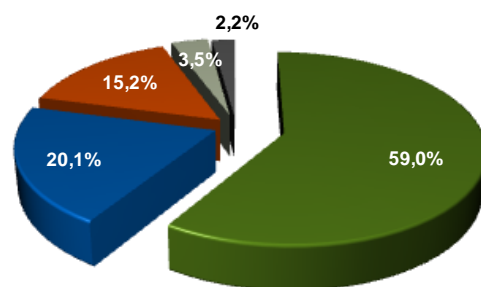
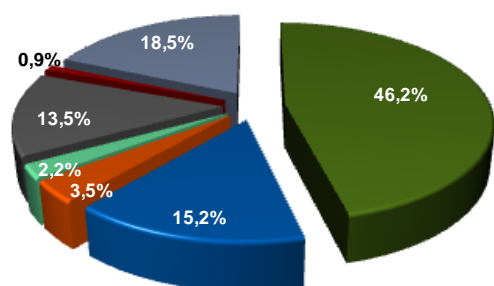


Em 30 de setembro de 2014, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

Modalidade do Financiamento

Indexação

(Total: R\$ 2.174,5 milhões)



■ Debêntures
■ BNDES Finem / Finame
■ Eletrobrás
■ Finep
■ BEI
■ Arrend. mercantil
■ Linha 4131

■ CDI
■ IPCA
■ TJLP
■ RGR
■ Pré-fixado¹

Consideram recursos da FINEP sem indexação.

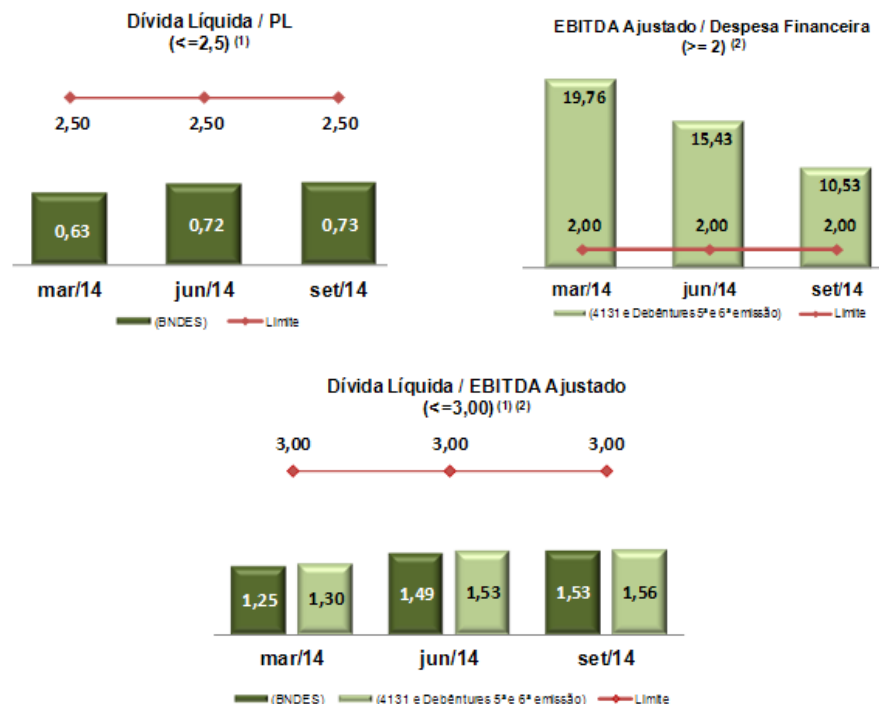
7.1. Covenants Financeiros

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES, nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures e nos financiamentos em moeda estrangeira (4131) com o HSBC e Bank of Tokyo.

Em 28 de novembro de 2013 foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas das 5ª e 6ª Emissões, nas quais foram aprovadas as alterações dos textos das Escrituras de Emissão, a fim de incluir a definição de Ativos e Passivos Regulatórios e modificar a metodologia de cálculo do EBITDA, incluindo em sua composição os Ativos e Passivos Regulatórios. A alteração aprovada não modificou o patamar histórico dos *covenants* financeiros e teve como objetivo refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, eliminando a volatilidade decorrente da exclusão dos Ativos e Passivos Regulatórios.

Da mesma forma, foi aprovada em 10 de outubro de 2013 a alteração da definição de EBITDA, com a inclusão dos Ativos e Passivos Regulatórios, para os contratos firmados com o BNDES.

A evolução dos *covenants* financeiros frente aos limites estabelecidos é demonstrada a seguir:



- (1) BNDIS. Para este contrato, a definição de EBITDA ajustado contempla, além dos ajustes de Ativos e Passivos Regulatórios, a exclusão dos efeitos de outras Receitas/Despesas Operacionais, tais como ganhos/perdas com planos de pensão e lucro/prejuízo na alienação de imobilizado.
- (2) 4131 e Debêntures 5ª e 6ª emissão. Para as Escrituras de Emissão, a definição de EBITDA ajustado contempla os ajustes de Ativos e Passivos Regulatórios.

8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 03 de julho de 2014, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em 'brAAA', mantido desde 1º de julho de 2010, o melhor *rating* da escala de crédito. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reafirmados em 'brAAA'.

9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Em junho de 2014 a Elektro contratou três novas operações de *swap* para fazer frente ao montante total de R\$ 400 milhões, contratados junto aos bancos HSBC, Citibank e Bank of Tokyo com início e vencimento nas mesmas datas dos contratos de financiamento (linha 4131) em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Elektro mantém contrato de operação de *swap* vinculada ao desembolso do financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) em 15 de outubro de 2013, no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013.

O *swap* tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da CVA.

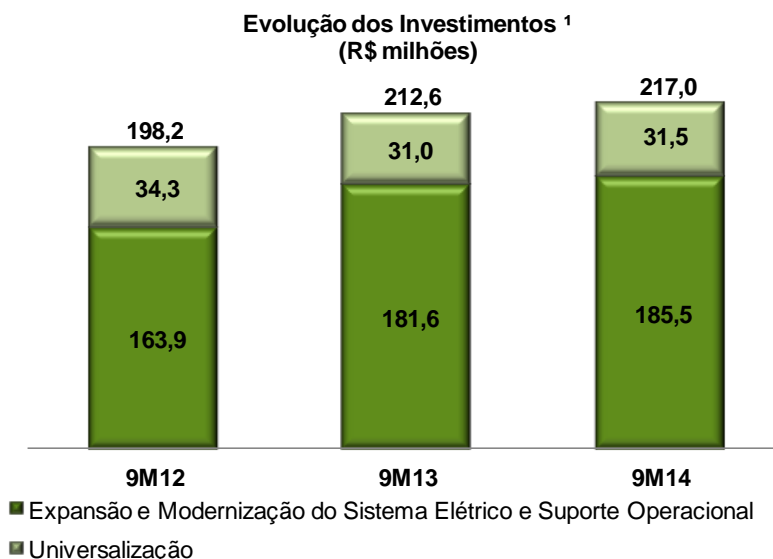
10. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		△ R\$ milhões
	9M 2014	9M 2013	9M 2014/9M 2013
Lucro líquido do período	1,2	226,5	(225,3)
Depreciação e outras amortizações	112,5	109,5	3,0
Juros e variação monetária e cambial	156,1	90,2	65,9
Outros	(22,2)	131,4	(153,6)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	246,4	331,2	(84,8)
Lucro Líquido Ajustado	247,6	557,6	(310,0)
Variação do Capital de Giro Operacional	(332,2)	(70,3)	(261,9)
Geração (Consumo) Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	(84,6)	487,3	(571,9)
Adições ao intangível, ao ativo indenizável e imobilizado	(213,5)	(231,7)	18,2
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	11,4	9,8	1,6
Caução de fundos e depósitos vinculados	7,0	23,7	(16,7)
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Investimento	(195,1)	(198,2)	3,1
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(83,8)	(425,1)	341,3
Captação de empréstimos e debêntures	597,0	58,4	538,6
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	513,3	(366,7)	880,0
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-	(124,7)	124,70
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	513,3	(491,4)	1.004,7
Geração (Consumo) Líquido de Caixa	233,5	(202,3)	435,8
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	467,6	583,1	(115,5)
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	701,1	380,9	320,2

Nos primeiros nove meses de 2014 houve geração líquida de caixa no montante de R\$ 233,5 milhões, contra um consumo líquido de caixa de R\$ 202,3 milhões em relação ao mesmo período de 2013. Dentre as principais justificativas destacam-se: (i) captação por meio de instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 400,0 milhões, (ii) montante menor realizado com amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil por conta de liquidação de linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira em abril de 2013, impactando a base comparativa entre os dois períodos; (iii) consumo de capital de giro operacional devido principalmente ao incremento de fornecedores e supridores de energia elétrica a pagar, também relacionado ao aumento dos custos de energia. Este efeito foi parcialmente compensado pelo repasse de CDE via conta ACR, referente aos repasses de custo de energia a receber, cujos gastos já foram incorridos no período; (iv) consumo de capital de giro devido a incremento no valor pago de Imposto de Renda por conta de contabilização de lucro no Resultado Fiscal, que desconsidera os valores de Ativos e Passivos Regulatórios, impactados pelos maiores custos de energia; (v) consumo de capital de giro devido ao incremento no pagamento de juros de debêntures.

11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

Nos primeiros nove meses de 2014, a Elektro investiu R\$ 224,2 milhões, dos quais R\$ 7,2 milhões correspondem a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa um incremento de 0,7% em relação aos investimentos registrados no mesmo período do ano anterior (R\$ 222,6 milhões, dos quais R\$ 9,9 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes).



(1) Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os destaques do programa de investimentos foram:

- (i) R\$ 185,5 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
 - (a) R\$ 93,2 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão;
 - (b) R\$ 46,2 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico;
 - (c) R\$ 28,4 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota;
 - (d) R\$ 17,7 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas.

- (ii) R\$ 31,5 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - (a) R\$ 29,1 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA; e
 - (b) R\$ 2,4 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 144 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

O nível de investimento realizado no primeiro semestre de 2014 está em linha com realizado no mesmo período do ano anterior.

12. DESEMPENHO OPERACIONAL

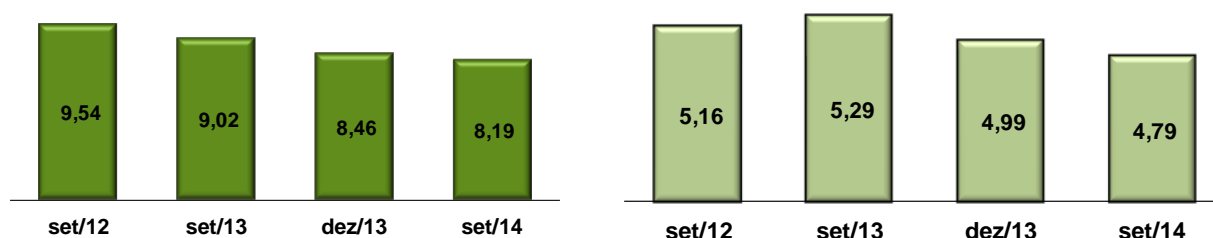
12.1. DEC e FEC

A Elektro mantém forte compromisso com a eficiência e melhoria contínua buscando evolução no seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

Como resultado, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), apresentaram melhora em relação aos indicadores anualizados em dezembro de 2013, que foram os melhores resultados da história da Elektro para ambos. Em setembro de 2014, o DEC anualizado registrou 8,19 horas contra 8,46 em dezembro de 2013 e 9,02 em setembro de 2013 e o FEC registrou 4,79 interrupções contra 4,99 em dezembro de 2013 e 5,29 em setembro de 2013, valores esses bem abaixo dos limites regulatórios definidos pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Estes resultados refletem a melhoria contínua e estão diretamente relacionados à robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, introdução de processos inovadores de engenharia de distribuição e pela política de investimentos em melhorias que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) ^(*) FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) ^(*)

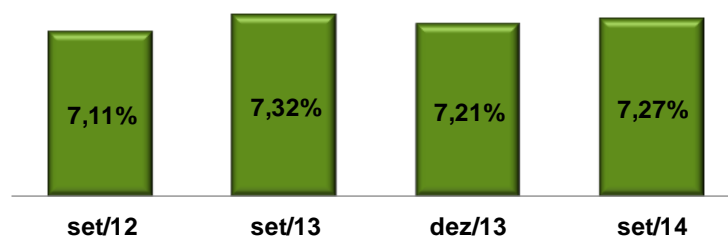


Obs: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Caso considerados, os indicadores DEC e FEC em 30/09/2012 seriam 11,51 e 5,88, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC em 30/09/2013 seriam 12,56 e 6,84, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC em 31/12/2013 seriam 11,57 e 6,22, respectivamente e os indicadores DEC e FEC em 30/09/2014 seriam 11,67 e 6,07, respectivamente.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

12.2. Perdas de Distribuição

Perdas de Distribuição ^(*)



Obs.: 1 - O método de cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses.
 2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

As perdas de distribuição apresentaram ligeira elevação quando comparadas a períodos anteriores, registrando índice de 7,27% em setembro de 2014 em função, principalmente, do menor crescimento do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico de alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão (classes residencial e comercial), que tiveram crescimento bem mais significativo.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para a Elektro seja de 2,42% acumulados nos últimos 12 meses encerrados em 30 de setembro de 2014. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de setembro de 2014 seria de 9,69%.

13. RECONHECIMENTO

Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e da Região Sudeste, Melhor Responsabilidade Social, Melhor Qualidade da Gestão e Melhor Gestão Operacional.

Em 18 de julho de 2014, a Elektro foi premiada pela sétima vez (2004, 2005, 2007, 2010, 2011, 2012 e 2014) como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), entre as empresas com mais de 500 mil clientes. Além do prêmio Nacional e da região Sudeste, a Elektro também foi premiada nas seguintes categorias: Responsabilidade Social (2007, 2010 e 2014), Qualidade da Gestão (2011 e 2014) e Melhor Gestão Operacional (2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2014).

Trata-se do principal reconhecimento do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. A avaliação da Responsabilidade Social tem o objetivo de avaliar o quanto a empresa está comprometida em implementar ações para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua, a melhoria contínua do desempenho ambiental e social, assim como acidente zero com parceiros e população.

A vertente Qualidade da Gestão resulta da avaliação da Fundação Nacional da Qualidade, com base no Relatório de Gestão, refletindo o diagnóstico da gestão organizacional.

A Gestão Operacional, na qual a empresa se destacou pela nona vez, julga elementos como continuidade do fornecimento, segurança (de colaboradores, parceiros e da população) qualidade do faturamento, inadimplência e perdas de energia.

Prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil (Revista Época/GPTW).

Em 18 de agosto de 2014, a Elektro foi reconhecida pela segunda vez consecutiva como a Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil, segundo o ranking da Revista Época/Great Place to Work. É o quarto ano consecutivo em que a empresa aparece no ranking. Em 2011, ocupou a 19ª colocação no ranking geral, em 2012 alcançou em 5º lugar, e em 2013 a companhia logrou a 1ª posição.

Este prêmio é o reconhecimento de uma cultura voltada para a humanização das relações de trabalho, a valorização dos colaboradores e o zelo pela qualidade do ambiente organizacional. Para conquistar esta colocação, os colaboradores responderam, de forma voluntária, sigilosa e anônima, a um questionário sobre clima corporativo. Foi elaborado ainda um relatório com o objetivo de detalhar as melhores práticas e benefícios do ambiente de trabalho Elektro. O índice de satisfação de todos colaboradores da companhia é de 98%. A empresa foi reconhecida também como a melhor em treinamentos.

Prêmio TOP de Sustentabilidade.

Em 09 de setembro de 2014, a Elektro foi premiada como empresa TOP de Sustentabilidade. O reconhecimento é organizado pela ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil) e tem como objetivo reconhecer organizações que promovem ações ambientais e sustentáveis para o seu público interno e para as comunidades com as quais se relacionam.

A empresa foi avaliada no período de janeiro a dezembro de 2013, com base na metodologia desenvolvida pelo Instituto ADVB de Responsabilidade Socioambiental (IRES), que analisou a estratégia de sustentabilidade desenvolvida, os impactos decorrentes de sua aplicação, o modelo de comunicação produzida e o conjunto de resultados obtidos.

Este reconhecimento é relevante para a companhia, pois é um mecanismo de avaliação da aderência de suas práticas e projetos ao benefício do público interno e das comunidades em seu entorno.

Melhor Empresa para Você Trabalhar do País, pela Revista Exame e Guia Você S/A

Em 8 de outubro de 2014, a Elektro foi eleita a Melhor Empresa para Você Trabalhar pela Revista Exame e Guia Você S/A - 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2014, pesquisa de clima organizacional elaborada em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA), ligada à Universidade de São Paulo. A Elektro recebeu a maior nota de satisfação dos funcionários nos 18 anos de pesquisa e se consagrou campeã do Guia pela segunda vez. Além do reconhecimento na categoria nacional, a empresa também recebeu o prêmio de Melhor Empresa para Você Trabalhar do Setor de Energia.

Mais informações sobre a Elektro no site www.elektro.com.br

Relações com Investidores

☎ (19) 2122-1487

✉ ri@elektro.com.br

Balancos patrimoniais
em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		1.568.819	1.223.769
Caixa e equivalentes de caixa	5	701.141	467.630
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	6	653.454	622.397
Contas a receber CDE - Decreto nº 8.221/2014	3	59.158	11.363
Tributos a compensar	7	36.076	47.552
Caução de fundos e depósitos vinculados	8	5.609	8.782
Outros créditos		113.381	66.045
Não circulante		3.593.492	3.377.611
Parcelamentos de débitos e supridores	6	28.321	32.251
Tributos a compensar	7	75.371	62.936
Caução de fundos e depósitos vinculados	8	10.227	12.595
Depósitos judiciais	9	98.934	88.642
Tributos diferidos	27	934.281	828.465
Outros créditos		42.116	42.566
Ativo indenizável (concessão)	10.1	661.758	590.951
Ativo intangível	10.2	1.723.498	1.708.026
Imobilizado	11	18.986	11.179
Total do ativo		5.162.311	4.601.380

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Balancos patrimoniais
em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		926.464	808.162
Fornecedores e fornecedores de energia elétrica	12	426.554	468.013
Empréstimos e financiamentos	13	71.883	60.871
Debêntures	14	5.208	63.933
Tributos a recolher	15	139.444	116.386
Encargos do consumidor		6.993	3.844
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	162.966	6
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	17	48.705	46.913
Obrigações P&D e eficiência energética	18	25.835	8.850
Plano especial de aposentadoria	19.2	-	2.889
Outros passivos		38.876	36.457
Não circulante		2.342.390	1.740.463
Empréstimos e financiamentos	13	1.096.458	525.892
Debêntures	14	1.000.650	968.276
Obrigações P&D e eficiência energética	18	14.931	29.998
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	218.257	202.733
Outros passivos		12.094	13.564
Patrimônio líquido		1.893.457	2.052.755
Capital social	22	952.492	952.492
Reservas de capital		765.882	765.882
Reservas de lucros		171.422	171.422
Lucros acumulados		3.661	-
Dividendos adicionais propostos		-	162.959
Total do passivo e patrimônio líquido		5.162.311	4.601.380

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração de resultados
para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	Notas	3º Trimestre de 2014	Acumulado 2014	3º Trimestre de 2013	Acumulado 2013
Receitas operacionais líquidas	23	1.017.039	3.010.345	864.058	2.534.432
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(873.471)	(2.589.471)	(491.856)	(1.794.003)
Energia comprada para revenda	24	(738.641)	(2.185.075)	(363.430)	(1.413.769)
Custos operacionais	25	(96.640)	(291.929)	(92.182)	(270.690)
Depreciação	11	(926)	(2.036)	(997)	(3.459)
Amortização de ativo intangível	10.2	(37.264)	(110.431)	(35.247)	(106.085)
Custo de construção		(82.724)	(213.455)	(95.036)	(232.098)
Lucro operacional bruto		60.844	207.419	277.166	508.331
Despesas operacionais		(39.033)	(114.505)	(35.365)	(114.997)
Despesas com vendas	25	(5.059)	(11.504)	(3.898)	(11.621)
Despesas gerais e administrativas	25	(20.407)	(53.320)	(16.212)	(43.210)
Outras despesas operacionais líquidas	25	(13.567)	(49.681)	(15.255)	(60.166)
Resultado do serviço		21.811	92.914	241.801	393.334
Resultado financeiro líquido	26	(32.349)	(83.673)	(6.108)	(44.956)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(10.538)	9.241	235.693	348.378
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	27	691	(8.043)	(81.509)	(121.914)
Lucro líquido do período		(9.847)	1.198	154.184	226.464
Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):					
Preferencial		(0,05311)	0,00646	0,83160	1,22145
Ordinária		(0,04828)	0,00587	0,75600	1,11041

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.



**Demonstração do resultado abrangente
para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013
(em milhares de reais)**

	Notas	3º Trimestre 2014	Acumulado 2014	3º Trimestre 2013	Acumulado 2013
Lucro (prejuízo) líquido do período		(9.847)	1.198	154.184	226.464
Outros resultados abrangentes do período		820	2.463	3.015	9.044
Efeito do limite do ativo de benefício definido	19.1	1.244	3.733	4.569	13.705
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	27	(424)	(1.270)	(1.554)	(4.661)
Resultado abrangente do período		(9.027)	3.661	157.199	235.508

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o período findo em 30 de setembro de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	952.492	765.882	171.422	-	46.576	-	1.936.372
Lucro líquido do exercício	-	-	-	323.694	-	-	323.694
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	10.627	10.627
Reclassificação requerida parágrafo 93 d do CPC 33	-	-	-	10.627	-	(10.627)	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(46.576)	-	(46.576)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(78.311)	-	-	(78.311)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(93.051)	-	-	(93.051)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(162.959)	162.959	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	952.492	765.882	171.422	-	162.959	-	2.052.755
Lucro líquido do período	-	-	-	1.198	-	-	1.198
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	2.463	2.463
Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	-	-	-	2.463	-	(2.463)	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	(162.959)	-	(162.959)
Saldos em 30 de setembro de 2014	952.492	765.882	171.422	3.661	-	-	1.893.457

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	3º Trimestre 2014	Acumulado 2014	3º Trimestre 2013	Acumulado 2013
Atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do período		(9.847)	1.198	154.184	226.464
Itens do lucro (prejuízo) líquido que não afetam caixa					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	8.996	25.296	10.577	32.694
Juros e variações monetárias e cambiais		52.882	156.109	20.380	90.220
Depreciações e amortizações	10.2 e 11	38.190	112.467	36.244	109.544
Perda / (ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis		3.542	10.255	(2.532)	10.890
Plano de pensão	19.1	1.244	3.733	4.569	13.705
Plano especial de aposentadoria		-	37	(4.101)	(2.932)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	5.852	20.621	1.780	19.656
Tributos diferidos	27	(37.684)	(107.086)	52.570	34.403
Marcação a mercado - ativo financeiro	10.1	2.493	(4.884)	-	-
Programa de P&D e eficiência energética		9.358	28.383	7.711	22.950
Pagamentos baseados em ações	21	(534)	1.485	(1.304)	21
Variações no ativo e passivo operacional		(59.140)	(332.238)	(137.704)	(70.270)
Contas a receber		(59.254)	(52.423)	(33.363)	60.253
Tributos a compensar	7	8.206	(959)	(8.030)	(2.303)
Contas a receber CDE - Decreto nº 8.221/2014	3	64.428	(47.795)	74.604	(12.676)
Outros créditos		1.047	(59.787)	537	(3.288)
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)		(101.917)	(119.645)	(55.293)	(68.460)
Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor	12	20.989	(38.310)	(66.625)	(38.455)
Antecipação Repasse CDE - Decreto nº 8.020/2013		-	-	(31.354)	20.903
Tributos a recolher	15	(184.703)	(97.803)	17.115	68.799
Imposto de renda e contribuição social pagos		205.642	120.861	(24.619)	(67.418)
Pagamento de ações judiciais e regulatórias	20	(1.609)	(5.097)	(1.578)	(6.350)
Plano especial de aposentadoria		-	(2.926)	(478)	(3.486)
Programa de P&D e eficiência energética		(8.904)	(29.071)	(5.626)	(19.750)
Outros passivos		(3.065)	717	(2.994)	1.961
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		15.352	(84.624)	142.374	487.345
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	10.1 e 10.2	(82.724)	(213.454)	(94.656)	(231.718)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado		3.681	11.373	10.080	9.809
Caução de fundos e depósitos vinculados		4.112	6.963	31.039	23.722
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(22.656)	513.253	(140.057)	(491.434)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	(124.743)	(124.743)
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil (principal)		(32.656)	(83.752)	(17.965)	(425.056)
Captação de empréstimos		10.000	597.005	2.651	58.365
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(82.235)	233.511	(51.220)	(202.276)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	783.376	467.630	432.092	583.148
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	701.141	701.141	380.872	380.872
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(82.235)	233.511	(51.220)	(202.276)

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração do valor adicionado
para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)**

	Notas	3º Trimestre 2014	Acumulado 2014	3º Trimestre 2013	Acumulado 2013
Receitas		1.418.280	4.138.455	1.136.917	3.443.227
Vendas de energia e serviços	23	1.338.259	3.935.738	1.046.699	3.226.630
Receita de construção	23	82.724	213.455	95.036	232.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		(4.546)	(13.688)	(5.692)	(18.319)
Outras receitas		1.843	2.950	874	2.818
Insumos adquiridos de terceiros		(963.763)	(2.818.154)	(575.401)	(1.998.870)
Energia comprada bruta	24	(807.272)	(2.383.154)	(413.385)	(1.568.064)
Materiais	25	(9.830)	(28.362)	(8.829)	(25.981)
Serviço de terceiros	25	(29.525)	(86.197)	(29.169)	(76.983)
Custo de construção		(82.724)	(213.455)	(95.036)	(232.098)
Outros custos operacionais		(34.412)	(106.986)	(28.982)	(95.744)
Valor adicionado bruto		454.517	1.320.301	561.516	1.444.357
Depreciação e amortização	10.2 e 11	(38.190)	(112.467)	(36.244)	(109.544)
Valor adicionado líquido		416.327	1.207.834	525.272	1.334.813
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	26	32.403	96.711	30.467	88.591
Valor adicionado a distribuir		448.730	1.304.545	555.739	1.423.404
Distribuição do valor adicionado		448.730	1.304.545	555.739	1.423.404
Pessoal		55.835	166.609	52.258	162.261
Impostos, taxas e contribuições		317.020	899.743	301.191	854.253
Federais		98.654	256.022	133.677	300.399
Estaduais		218.294	643.504	167.453	553.656
Municipais		72	217	61	198
Encargos setoriais e outros		20.991	56.681	11.553	46.975
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	26	64.731	180.314	36.553	133.451
Lucros retidos / Prejuízos do período		(9.847)	1.198	154.184	226.464

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Companhia”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de concessão compreendida por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. O prazo de vigência é de 30 anos e pode ser prorrogado por, no máximo 30 anos, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL. As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em fornecer energia elétrica a consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços, e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária (vide nota 10.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, dentre outros) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória). Os mecanismos de ajuste são o reajuste tarifário anual e revisão tarifária ordinária a cada quatro anos (vide nota 30).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia adotou no preparo das Informações Trimestrais todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013. Essas Informações Trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações Financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral. Outras normas e procedimentos emitidos e revisados, que têm aplicação obrigatória futura, serão analisados oportunamente.

A emissão dessas Informações Trimestrais foi autorizada pela Administração em 15 de outubro de 2014.

3. ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA

3.1 Reajuste Tarifário

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas.

Em 27 de agosto de 2014 ocorreu o Reajuste Tarifário da Elektro, homologado pela Resolução nº 1.778 da ANEEL, de 19 de agosto de 2014. O reajuste considerou a (i) correção da parcela B, isto é, dos custos operacionais da Companhia, por IGP-M, (ii) devolução da última parcela do componente financeiro referente à postergação da Revisão Tarifária de 27 de agosto de 2011 para 27 de agosto de 2012, atualizado pela Selic, no valor de R\$ 99.814 e (iii) como fator principal, considerou o incremento nos custos com a compra de energia, na ordem de 43% frente ao ano anterior, impactando temporariamente os resultados financeiros da Companhia, que foram parcialmente amenizados por meio dos repasses governamentais via conta ACR.

Considerando todos estes efeitos, as tarifas da Elektro foram reajustadas em 37,78%, que permitirá, assim, a recuperação gradual dos resultados ao longo dos próximos anos tarifários.

3.2 Lei nº 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e nº 8.221/14

O Governo Federal oficializou por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica (o que resultou na Revisão Tarifária Extraordinária já mencionada, aplicada em 24 de janeiro de 2013) e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu aqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição definida pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados seriam indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplariam os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos. Adicionalmente, a Lei também desobrigou as distribuidoras do recolhimento da RGR (Reserva Global de Reversão), transferiu as necessidades da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e reduziu em 2013 o valor da cota da CDE para as distribuidoras em 75%, sendo que, para compensar estas alterações, a CDE passou a receber aportes adicionais do governo. Para as concessionárias de Distribuição também haveria condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 não causou impactos no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028.

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões e a energia proveniente das concessões renovadas foi distribuída por meio de cotas, que, no entanto, não foram suficientes para suprir as necessidades de mercado de cada distribuidora. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela ANEEL e atraso na operação comercial de outras usinas, com postergações de cronogramas aprovadas pela ANEEL e/ou liminares judiciais concedidas para suspensão do início de suprimento dos CCEARs firmados. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia.

Somam-se a isso as condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012, quando os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram os menores patamares, levando ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados. Cita-se ainda o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica a partir de setembro de 2012, dentre elas a Elektro, o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado de curto prazo.

No intuito de amenizar os impactos no caixa e no resultado das Distribuidoras, o governo tomou diversas medidas, dentre elas a emissão, em 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.891/13, que orientou a

utilização dos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores. Em 7 de março de 2013 foi publicado o Decreto 7.945/13, alterando o Decreto 7.891/13, ao incluir a possibilidade de repasses de recursos de CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, e cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética durante o ano de 2013.

Em junho de 2013 ocorreu o Leilão A-0 de energia existente, com intuito de suprir a exposição involuntária das distribuidoras decorrente do cancelamento do Leilão A-1 previsto para dezembro de 2012 e insuficiência na distribuição de cotas. No entanto, devido à falta de oferta de energia neste leilão, a necessidade de energia declarada pela Elektro foi integralmente frustrada. Em dezembro de 2013 ocorreu novo leilão (A-1) de energia para início de suprimento em janeiro de 2014. Neste novo leilão a Elektro conseguiu adquirir cerca de 50% da energia declarada para 2014 (288,6 MWmed), com preços médios de contrato 37% superiores aos vigentes e acima do previsto na tarifa, o que contribuiu para a pressão sobre os custos de energia, seja pela manutenção da exposição involuntária ao mercado *spot*, seja pelos maiores preços da energia contratada.

Em 7 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que alterou novamente o Decreto 7.891/13. O novo decreto orientou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, foi de R\$ 100.161.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que define a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR com a destinação de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEARs, na modalidade por disponibilidade, e normatizando o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. Tendo em vista que tal montante se mostrou insuficiente para a finalidade desejada, em 15 de agosto de 2014 foi assinado novo Contrato de Financiamento, no valor adicional de R\$ 6,6 bilhões. A CCEE liquida esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas são estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esse contrato.

As despesas cobertas por essa operação referem-se ao período fevereiro a dezembro de 2014. Assim, em setembro de 2014, a Companhia havia recebido R\$ 858.308 milhões para a cobertura de custos, dos quais R\$ 305.162 referentes a fevereiro de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 1.256/14, R\$ 274.914 referentes a março de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 1.443/14, R\$ 150.652 referente a abril de 2014 (cobertura parcial), conforme Despacho ANEEL nº 1.696/14, R\$ 88.515 referentes a maio de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 2.866/14, R\$ 18.550 referentes a junho de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 3.017/14, e R\$ 20.515 referentes a julho de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 3.588/14. Adicionalmente a Companhia possui um contas a receber em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$ 59.158, sendo R\$ 17.335 referente a agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 3.968 o qual foi repassado em 06 de outubro de 2014 e R\$ 41.823 referente a exposição involuntária no mercado de curto prazo e CCEAR's na modalidade por disponibilidade no mês setembro de 2014.

Assim, até 30 de setembro de 2014 foi contabilizado na rubrica “Energia comprada para revenda”, como redutor de custos de energia, o montante de R\$ 1.017.627, compensando parcialmente os impactos da alta dos custos de energia sobre os resultados da Companhia.

Adicionalmente, em 30 de abril de 2014 ocorreu o 13º Leilão de Energia Existente A-0, no qual a Elektro adquiriu 212 MWmed, o que contribuiu para redução da sua exposição involuntária ao mercado *spot* para o ano de 2014. A Elektro conta com os leilões de energia promovidos pela CCEE como o principal mecanismo para a compra de energia sendo que, frustrações ocorridas neste mecanismo pela oferta insuficiente frente à demanda pleiteada, e então eventual exposição, são consideradas como involuntárias, o que não implicará em penalidades sendo respectivo custo repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

3.3 Ciclo de Revisão Tarifária

Em 10 de junho a ANEEL abriu a 1ª Fase da Audiência Pública 023/2014, cujo objetivo é obter subsídios para o estabelecimento das metodologias e critérios gerais para as revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica. A Elektro enviou as suas contribuições por escrito no dia 01 de setembro de 2014 (prazo da ANEEL para recebimento de contribuições). Tão logo os resultados desta Audiência sejam publicados, a Elektro fará sua divulgação.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Vide as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na nota 5 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O montante de R\$ 701.141 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 467.630 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a saldos em conta corrente e aplicações financeiras. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa (Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures com compromisso de recompra), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 30 de setembro de 2014 a variação média estava em 101,60% do CDI. Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento, e não possuem risco significativo de perda de valor.

A Elektro possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

6. CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	30/09/2014				31/12/2013			
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	235.500	112.892	29.454	377.846	224.175	111.520	24.741	360.436
Outras contas a receber	319.948	4.182	19.543	343.673	314.295	3.390	19.246	336.931
Receita não faturada	258.321	-	-	258.321	242.338	-	-	242.338
Parcelamentos de débitos	35.657	4.182	19.543	59.382	39.662	3.390	19.246	62.298
Supridores	19.004	-	-	19.004	23.951	-	-	23.951
Outros	6.966	-	-	6.966	8.344	-	-	8.344
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.805)	-	(31.939)	(39.744)	(10.712)	-	(32.007)	(42.719)
Total	547.643	117.074	17.058	681.775	527.758	114.910	11.980	654.648
Circulante	519.322	117.074	17.058	653.454	495.507	114.910	11.980	622.397
Não circulante	28.321	-	-	28.321	32.251	-	-	32.251

Em 30 de setembro de 2014 o giro médio das contas a receber de energia de clientes finais era de 29 dias. A Administração da Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com critérios estabelecidos pelo regulador e que estejam de acordo com as normas contábeis. Adicionalmente, a Companhia realiza análises individuais de acordo com o histórico de inadimplemento de clientes considerados críticos.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2% e atualização monetária pelo IGP-M.

O saldo apresentado em Supridores em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 contempla o montante de R\$ 19.004 que refere-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, sendo: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Companhia não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2013	Adições	Recuperação da Receita	Baixas de Incobráveis	30/09/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.719	32.346	(7.050)	(28.271)	39.744

7. TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2014	31/12/2013
ICMS a recuperar	110.852	91.613
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	595	18.875
Total	111.447	110.488
Ativo circulante	36.076	47.552
Ativo não circulante	75.371	62.936

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre em no máximo 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

8. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 30 de setembro de 2014 o saldo era R\$ 5.609 e R\$ 10.227 (R\$ 8.782 e R\$ 12.595 em 31 de dezembro de 2013), respectivamente nos ativos circulante e não circulante. Tais aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), indexados à variação média de 99,88% do CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, e estão caucionados pelos seguintes motivos: (i) garantir valores liberados através dos contratos de empréstimos da Eletrobrás (Luz Para Todos), que são liberados após comprovação dos investimentos; (ii) garantir participação em leilões de compra de energia em curto e longo prazo; e (iii) garantir programas de treinamento aos colaboradores conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Dos R\$ 98.934 (R\$ 88.642 em 31 de dezembro de 2013) registrados nessa rubrica, o montante de R\$ 34.217 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 33.116 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Com a incorporação da EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. ("EPC") pela Elektro em 2012, os direitos e as obrigações da incorporada passaram a ser de responsabilidade exclusiva da Elektro. Em 30 de setembro de 2014 o valor atualizado de depósito judicial oriundo da EPC é de R\$ 29.689 (R\$ 28.313 em 31 de dezembro de 2013), e refere-se ao processo descrito na nota 20.

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 35.028 em 30 de setembro de 2014, (R\$ 27.213 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a outros processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária.

10. CONTRATO DE CONCESSÃO

10.1. Ativo Indenizável (Concessão)

A Administração entende que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão é utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a metodologia adotada para indenização dos ativos de Transmissão e Geração definida pela Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Em 30 de setembro de 2014 o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR do 3º Ciclo devidamente movimentada por adições, atualizações, baixas e depreciações.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro de acordo com o parágrafo AG8 do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que estabelece que uma entidade deva, ao revisar suas estimativas de recebimentos, ajustar o custo amortizado do instrumento de forma a refletir os fluxos de caixa estimados atualizados, reconhecendo esta variação no resultado do exercício. A Lei nº 12.783/13 corroborou o entendimento que variações no ativo financeiro vinculado à concessão por conta das revisões tarifárias resultam em variações no fluxo de caixa estimado desse ativo ao final do período da concessão.

Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando, dentre outros fatores, a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. Esses recursos não são exigíveis ao longo da concessão. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual, utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro, está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A taxa de amortização é aquela definida pela ANEEL no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	Custo	Obrigações especiais	Valor justo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	518.151	(71.854)	11.599	457.896
Transferências de ativo intangível	115.506	-	-	115.506
Adições	-	(770)	-	(770)
Ajustes ao valor justo	-	-	18.814	18.814
Baixas	(1.607)	1.112	-	(495)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	632.050	(71.512)	30.413	590.951
Transferências de ativo intangível	63.802	-	-	63.802
Adições	-	2.121	-	2.121
Ajustes ao valor justo	-	-	4.884	4.884
Saldo em 30 de setembro de 2014	695.852	(69.391)	35.297	661.758

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, no valor de 7,50% ao ano (11,36% antes dos impostos), já incluído na atual tarifa da Companhia. Como esta receita já é contabilizada mensalmente (vide nota 23) e arrecadada pela Companhia, considera-se que o ativo financeiro já se encontra a valores atualizados.

10.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão, de acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.

Até 30 de setembro de 2014 o montante transferido do ativo intangível em formação, decorrente da energização dos investimentos da Companhia era R\$ 176.240, dos quais R\$ 112.438 foram transferidos para o ativo intangível em serviço e R\$ 63.802 para o ativo financeiro, conforme determina o ICPC01/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

O valor de encargos de dívidas capitalizados à infraestrutura, de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos, foi de R\$ 11.204 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 12.907 em 31 de dezembro de 2013).

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço			Em Formação			Total	
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.051.224	(321.527)	(322.625)	1.407.072	309.751	(47.973)	261.778	1.668.850
Adições	-	(1.102)	-	(1.102)	349.053	(33.907)	315.146	314.044
Baixas	(29.357)	2.412	10.172	(16.773)	-	-	-	(16.773)
Amortização	-	-	(142.589)	(142.589)	-	-	-	(142.589)
Transferências	191.589	-	-	191.589	(307.095)	-	(307.095)	(115.506)
Mudança na taxa de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.213.456	(320.217)	(455.042)	1.438.197	351.709	(81.880)	269.829	1.708.026
Adições	-	2.587	-	2.587	249.418	(40.672)	208.746	211.333
Baixas	(21.628)	-	-	(21.628)	-	-	-	(21.628)
Amortização	-	-	(110.431)	(110.431)	-	-	-	(110.431)
Transferências	112.438	-	-	112.438	(176.240)	-	(176.240)	(63.802)
Saldo em 30 de setembro de 2014	2.304.266	(317.630)	(565.473)	1.421.163	424.887	(122.552)	302.335	1.723.498

10.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

11. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil financeiro e não vinculados à concessão apresentam saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 conforme mutação abaixo.

Arrendamento mercantil em serviço	31/12/2013	Adições	Depreciação	30/09/2014
Administração Central	9.470	-	(1.335)	8.135
Edif, obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	16.529	-	-	16.529
(-) Depreciação acumulada	(7.059)	-	(1.335)	(8.394)
	1.709	9.843	(701)	10.851
Equipamentos de Informática - Arrendamento mercantil	10.779	9.843	-	20.622
(-) Depreciação acumulada	(9.070)	-	(701)	(9.771)
Total	11.179	9.843	(2.036)	18.986

12. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	30/09/2014	31/12/2013
Moeda nacional	376.886	421.384
Supridores de energia elétrica	345.328	336.880
Fornecedores de materiais e serviços	31.558	66.448
Encargos de serviço de sistema - ESS	-	18.056
Moeda estrangeira	49.668	46.629
Supridores de energia elétrica - Itaipu	49.668	46.629
Total	426.554	468.013

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	30/09/2014	31/12/2013	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
Moeda Nacional	473.385	309.414			
BNDES					
Finame SE 2011	4.519	5.054	5,5% a.a.	Início 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de Cessão
Finem CAPEX 2011/2012	131.890	152.805	de TJLP a TJLP + 3,03% a.a.	Início 15/06/2013 até 15/12/2019	Fiduciária de Direitos
Finem 2013/2014	194.463	-	de TJLP a TJLP + 3,08% a.a.	Início 15/01/2016 até 15/12/2023	Creditórios
Custos com emissão - BNDES	(318)	(246)			
Eletrobrás					
Eletrobrás - Luz para Todos ⁽¹⁾	75.573	86.030	RGR + 5,0% a.a. ⁽²⁾	Início: 30/11/2006 até 31/12/2022	
Finep - 1º Ciclo	431	4.312	TJLP + 0,94% a.a.	Início: 15/10/2010 até 15/10/2014	
Finep - 2º Ciclo	22.726	27.974	4,25% a.a.	Início: 15/04/2011 até 15/12/2017	Carta de Fiança
Finep - 3º Ciclo	6.236	3.816	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
Finep - 4º Ciclo	17.991	17.993	5,0% a.a.	Início: 15/03/2015 até 15/03/2021	
Arrendamento mercantil	19.874	11.676	de 10% a 18% a.a.	A partir de 2013 ⁽³⁾	
Moeda Estrangeira	694.956	277.349			
Banco Europeu de Investimento	285.528	282.762	US\$ + 3,4020% a.a.	31/10/2025	Carta de Fiança
Swap Empréstimo BEI	7.619	(5.205)	CDI - 0,30% a.a.	31/10/2025	
Cédula de Crédito Bancário 4131 Bank Of Tokyo	109.156	-	Libor 3mL + 0,8457% ⁽³⁾	17/06/2016	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Bank of Tokyo	(8.862)	-	103,0% do CDI a.a.	17/06/2016	
Cédula de Crédito Bancário 4131 Citi	161.502	-	Libor 3mL + 0,7782% ⁽³⁾	09/06/2016	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Citi	(10.470)	-	103,0% do CDI a.a.	09/06/2016	
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	164.696	-	Libor 3mL + 0,8500% ⁽³⁾	15/06/2016	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	(13.902)	-	104,9% do CDI a.a.	15/06/2016	
Custos com emissão - Moeda Estrangeira	(311)	(208)			
Total	1.168.341	586.763			
Circulante	71.883	60.871			
Não circulante	1.096.458	525.892			

⁽¹⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a dez contratos de financiamento.

⁽²⁾ Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽³⁾ Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil de longo prazo em 30 de setembro de 2014 ocorrerão da seguinte forma: R\$ 13.785 em 2015, R\$ 512.286 em 2016, R\$ 111.409 em 2017, R\$ 101.925 em 2018 e R\$ 357.053 após 2018.

Em 31 de outubro de 2013, depois de cumpridas todas as condições precedentes previstas no contrato de financiamento assinado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), a Companhia recebeu a liberação do financiamento no montante de R\$ 281.050, com prazo de vencimento de 12 anos, pagamento de juros semestrais, carência de 3 anos para pagamento do principal e taxa pré-fixada de 3,4020% a.a., além da variação cambial.

Em junho de 2014, a Companhia captou, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamento de curto prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 400.000 e com prazo de vencimento de 2 anos. Os pagamentos dos juros serão trimestrais e o pagamento do principal no final do contrato.

Na mesma data, para ambas captações foram contratadas operações de *swap* com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, que tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sendo para o BEI um custo final abaixo do CDI em 0,30% e para as linhas de 4131 um custo médio final de 103,7% do CDI.

Além disso, nos primeiros nove meses de 2014 foi liberado o montante de R\$ 194.000 referente ao novo contrato de financiamento junto ao BNDES e Banco do Brasil, firmado em dezembro de 2013 na modalidade FINEM, no montante de R\$ 348.392 destinado à implantação do Plano de Investimentos 2013-2014 com prazo de financiamento de 10 anos e carência de 02 anos e R\$ 3.257 por meio da linha

de financiamento relacionada a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Condições Restritivas

BNDES (FINEM): conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

Foi aprovada em 10 de outubro de 2013 a alteração da definição de EBITDA, com a inclusão dos Ativos e Passivos Regulatórios, para os contratos firmados com o BNDES.

A Companhia sempre cumpriu e mantém relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos de financiamentos firmados com o BNDES.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

Arrendamento mercantil operacional

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

A Companhia realizou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Companhia. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, bem como os pagamentos futuros que a Companhia fará com base nesses contratos.

	30/09/2014	30/09/2013
Despesas reconhecidas no período		
Locação de equipamentos e serviços de informática	9.183	11.149
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (<i>Callcenter</i>)	2.506	2.753
Locação de computadores	2.446	2.313
Locação de imóveis	989	2.704
Locação de veículos	179	175
Locação de impressoras	337	52
Total	<u>15.640</u>	<u>19.146</u>

Os pagamentos futuros relativos aos contratos acima acontecerão nos valores de R\$ 4.683 em 2015, R\$ 1.960 em 2016, R\$ 1.051 em 2017, R\$ 1.196 em 2018 e R\$ 2.120 após 2018.

14. DEBÊNTURES

	30/09/2014	31/12/2013	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
5ª Emissão	<u>297.877</u>	<u>335.043</u>				
1ª Série	81.151	124.519	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	217.150	211.093	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Custos com emissão	(424)	(569)				
6ª Emissão	<u>707.981</u>	<u>697.166</u>				
1ª Série	221.156	226.479	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	113.430	109.629	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	374.388	362.186	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022
Custos com emissão	(993)	(1.128)				
	<u>1.005.858</u>	<u>1.032.209</u>				
Total						
Circulante	5.208	63.933				
Não circulante	<u>1.000.650</u>	<u>968.276</u>				

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados em 2012 com a 6ª Emissão de Debêntures foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão, sendo que tais custos são apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. Em 30 de setembro de 2014 o saldo total a apropriar é de R\$ 1.417 (R\$ 1.791 em 30 de setembro de 2013), sendo R\$ 351 no curto prazo (R\$ 171 referente a 5ª emissão e R\$ 180 referente a 6ª emissão) e R\$ 1.066 no longo prazo (R\$ 254 referente à 5ª emissão e R\$ 812 referente à 6ª emissão).

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures em 30 de setembro de 2014 ocorrerá da seguinte forma: R\$ 39.917 em 2015, R\$ 221.408 em 2016, R\$ 181.489 em 2017, R\$ 128.130 em 2018 e R\$ 429.706 após 2018.

Abaixo características gerais das debêntures da Companhia:

Características	5ª Emissão	6ª Emissão
Tipo	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação
Espécie	quirografária, sem garantia	quirografária, sem garantia
Séries	duas	três
Valor original	R\$ 300.000	R\$ 650.000
Valor nominal	R\$ 10 por ação	R\$ 10 por ação

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado no caso de não observância no cumprimento de determinados índices financeiros conforme disposto na cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX das escrituras da emissão.

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES e nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures.

Em 28 de novembro de 2013 foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas das 5ª e 6ª Emissões, nas quais foram aprovadas as alterações dos textos das Escrituras de Emissão, a fim de incluir a definição de Ativos e Passivos Regulatórios e modificar a metodologia de cálculo do EBITDA, incluindo em sua composição os Ativos e Passivos Regulatórios. A alteração aprovada não modificou o patamar histórico dos *covenants* financeiros e teve como objetivo refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, eliminando a volatilidade decorrente da exclusão dos Ativos e Passivos Regulatórios.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia cumpriu todas as condições restritivas exigidas pelas respectivas escrituras de emissão.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública das 5ª e 6ª emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: www.elektro.com.br.

15. TRIBUTOS A RECOLHER

	30/09/2014	31/12/2013
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	101.964	94.901
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	23.584	16.040
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	5.153	116
Programa de integração social - PIS	5.120	3.482
Impostos retidos na fonte	3.391	1.400
Imposto sobre serviço - ISS	232	447
Total	139.444	116.386

A Companhia tem como prática efetuar as antecipações de imposto de renda e contribuição social no mês subsequente à sua apuração, de forma que durante o exercício há um descasamento entre o imposto a pagar e a antecipação. O encontro entre antecipações e impostos a pagar é efetuado no encerramento do exercício, fator que explica a variação do saldo da rubrica “Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido” entre 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

O saldo de dividendos a pagar de R\$ 162.966 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2013) está de acordo com as deliberações da Administração acerca do lucro do exercício de 2013, aprovados na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 20 de março de 2014, e serão pagos conforme disponibilidade de caixa, dentro do exercício social de 2014, precedidos de aviso aos acionistas publicados para esta finalidade.

Em 15 de outubro de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição aos acionistas de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Intermediários para o exercício de 2014 no montante de R\$ 94.108 e R\$ 12.687, respectivamente. Estes montantes também serão pagos conforme disponibilidade de caixa, dentro do exercício social de 2014, precedidos de aviso aos acionistas publicados para esta finalidade.

Existem valores de dividendos a pagar para acionistas minoritários que não apresentaram seus dados cadastrais atualizados.

17. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	30/09/2014	31/12/2013
Férias e 13º salário a pagar	23.612	18.635
INSS parte da empresa	11.893	9.003
Participação nos lucros e resultados	7.871	12.917
FGTS	2.967	3.151
Retenções do empregado	1.991	2.841
Outros	371	366
Total	<u>48.705</u>	<u>46.913</u>

18. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000. Por meio das Resoluções Normativas nº 300/2008, nº 316/2008, nº 408/2010 e nº 504/2012, a ANEEL estabelece os critérios de apuração de valores dos programas, correção Selic, pagamentos e aplicação dos recursos.

O saldo das obrigações da Companhia com as obrigações de P&D e programas de Eficiência Energética, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	30/09/2014	31/12/2013
Programa de Eficiência Energética	0,50%	21.732	19.405
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	17.918	18.507
FNDCT	0,20%	743	624
MME	0,10%	373	312
Total		<u>40.766</u>	<u>38.848</u>
Circulante		25.835	8.850
Não circulante		<u>14.931</u>	<u>29.998</u>

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

19.1. Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

O plano apresenta superávit atuarial de R\$ 222.567 em 31 de dezembro de 2013. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido, dentre outros critérios, somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo, que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 11% em 31 de dezembro de 2013, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2013	31/12/2012
Valor justo dos ativos do plano	1.026.552	1.109.871
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	803.985	1.076.309
Superávit para planos cobertos	222.567	33.562
Limite de Ativo de Benefício Definido	(222.567)	(33.562)
Ativo atuarial líquido	-	-

Os valores reconhecidos no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e no resultado abrangente são os seguintes:

Componentes da despesa do plano	30/09/2014	30/09/2013
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente	(3.733)	(13.705)
Despesa reconhecida	(3.733)	(13.705)

Para o período findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 1.368 (R\$ 1.440 para o mesmo período de 2013).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia até o terceiro trimestre de 2014 foram de R\$ 229 (R\$ 218 no mesmo período de 2013), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

19.2. Plano Especial de Aposentadoria

Por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, a Elektro criou em 2007 o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial.

O PEA foi extinto do novo Acordo Coletivo do Trabalho (ACT), o qual está vigente desde julho de 2013. Desta forma, o pagamento do incentivo para os colaboradores elegíveis remanescentes foi efetuado em março de 2014.

20. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2013	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	30/09/2014
Cíveis e ambientais	110.986	16.693	4.716	(5.929)	(3.819)	122.647
Tributárias	31.258	389	1.834	(2.323)	-	31.158
Trabalhistas	24.783	4.462	2.074	(1.508)	(1.253)	28.558
Desapropriações e servidões	10.833	1	947	(162)	(25)	11.594
Regulatórias	24.873	2.998	-	(3.571)	-	24.300
Total das provisões	202.733	24.543	9.571	(13.493)	(5.097)	218.257

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 as provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias, envolvendo discussões relativas a exigências fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias

Em agosto de 2001, foram ajuizadas duas ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, para que estas deixem de impedir a livre atuação da Elektro, quanto ao uso das faixas intermediárias e laterais das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro.

Em agosto de 2008, a Elektro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do STJ. Em setembro de 2010, o STJ não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro apresentou recurso perante o STF, o qual não foi admitido pelo STJ. Diante de tal fato, a Elektro ingressou com ação rescisória para rediscutir o caso em 9 de agosto de 2013. Referida ação foi admitida e processada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual, em 16 de junho de 2014 julgou a ação improcedente com base em argumentos exclusivamente processuais. Considerando que, no entendimento dos assessores jurídicos responsáveis pelo caso, esta decisão do Tribunal de São Paulo contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão envolvida, a decisão foi objeto de recurso pela Elektro. Esta situação, no entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, não altera seu

prognóstico de perda. Em dois casos em que ações de cobrança movidas pelas concessionárias foram recebidas pela Elektro, seus argumentos foram acatados em sede de decisão de primeira instância, desconstituindo a decisão da ação originária. Desta forma, ainda que a incerteza sobre o desfecho destes casos nas instâncias superiores não autorize, no entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, a reversão das provisões já constituídas, em relação a estas ações com decisões favoráveis, os assessores entendem que, diante do cenário atual, não há necessidade de novas provisões além das já constituídas para especificamente esses dois casos. Em virtude disto, a Elektro mantém provisão no montante de R\$ 91.407, em 30 de setembro de 2014 (R\$ 87.346 em 31 de dezembro de 2013).

Provisões Tributárias

Em 5 de dezembro de 2007, a EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. ("EPC") - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 29.892 (R\$ 28.588 em 31 de dezembro de 2013).

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. O valor estimado para os assuntos trabalhistas é de R\$ 14.035 e para os cíveis é de R\$ 27.375, e os processos ambientais, de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 5.863 em 30 de setembro de 2014, referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço de distribuição, cujas instâncias processuais são as mais diversas e em sua grande maioria, tratam-se de processos individuais com valores não relevantes.

Quanto aos assuntos previdenciários, o valor estimado é de R\$ 83.771, e refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do STF, de junho de 2008, parte das autuações foram anuladas devido a prazos de prescrição e decadência.

Quanto às questões tributárias, atualmente a Companhia enfrenta discussões com a Administração Pública em suas esferas federal, municipal e estadual, nas instâncias administrativa e judicial, dentre as quais destacam-se: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o livro Registro de Apuração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos; validação da opção de aplicação de parcela de seu imposto de renda no FINAM, retenção de IRRF sobre valores pagos a título de JCP, compensação de saldo negativo de IRPJ; ISS sobre compartilhamento de infraestrutura e atividades-meio; e taxas de uso do solo. Todos os processos envolvendo questões tributárias somam R\$ 442.494 atualizados para 30 de setembro de 2014 (R\$ 412.210 em 31 de dezembro de 2013).

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT, que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST, todavia este Superior Tribunal manteve a decisão das instâncias anteriores. A Elektro interpôs recurso ao STF sobre a questão, e, considerando que o Supremo Tribunal reconhece a repercussão geral da matéria, na opinião dos advogados responsáveis pelo caso e pelos razoáveis argumentos para reversão da decisão, o atual prognóstico de perda do caso permanece possível.

21. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

Após aprovação do Conselho de Administração em 2011, a Elektro instituiu um Plano de Incentivo de Longo Prazo, baseado na outorga de ações da Iberdrola ao beneficiário, após cumpridas algumas condições e metas previstas em contrato assinado entre este e a Companhia, ao longo de dois anos contados a partir da assinatura do contrato, denominado “prazo de apuração”.

A transferência completa das ações se dará após o transcurso de outros três anos, denominado “prazo de liquidação”. Atingidas as metas e condições do “prazo de apuração”, a Elektro adquirirá por conta e ordem do beneficiário as ações, conforme previsão contratual.

Portanto, esse plano é “liquidado em caixa” pela Elektro e por isso a Companhia registrou um passivo exigível em contrapartida da despesa de pessoal.

Em 30 de setembro de 2014 existem dois contratos em vigor no montante de R\$ 9.330 (R\$ 7.094 em 30 de setembro de 2013) registrado em “Outros Passivos” no passivo não circulante, sendo: (i) R\$ 5.922 referente aos contratos assinados ao final de 2012, cuja vigência foi de 2011 a 2013 e a liquidação se dará no período de 2014 a 2016; (ii) R\$ 3.408 registrado no resultado do período, referente ao novo plano firmado a partir de 2014 e aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2014 que segue características semelhantes do plano anterior com vigência de 2014 a 2016.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265	100,00%

23. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Nota Explicativa	30/09/2014			30/09/2013		
	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais						
Fornecimento para consumidores	2.421.077	9.600.761	4.149.193	2.352.089	9.184.908	3.458.728
Outras receitas	-	-	723.677	-	-	568.510
CCEE	-	-	184.886	-	-	31.258
Receita de uso do sistema de distribuição	-	-	98.908	-	-	121.870
Remuneração do ativo financeiro (WACC)	-	-	52.609	-	-	46.454
Receita de construção	10.3	-	213.455	-	-	232.098
Outras receitas	-	-	173.819	-	-	136.830
Deduções às receitas operacionais			(1.138.848)			(924.296)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			-			(2.266)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			-			(9.876)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(56.681)			(34.658)
ICMS sobre fornecimento			(643.504)			(553.656)
COFINS			(303.570)			(251.671)
PIS			(65.910)			(54.639)
Programa de P&D e eficiência energética			(28.383)			(22.947)
Outros			(40.800)			5.417
Total	2.421.077	9.600.761	3.010.345	2.352.089	9.184.908	2.534.432

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

24. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	30/09/2014		30/09/2013	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	11.131.339	2.142.895	10.692.853	1.357.605
Itaipu Binacional (**)	2.293.647	307.998	2.181.203	250.040
Contratos bilaterais	-	-	59.557	11.321
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	6.327.261	1.584.252	6.277.636	748.310
Mercado SPOT	1.298.693	1.042.783	1.168.473	484.006
(-) Repasse CDE - Cotas	-	(100.161)	-	(312.300)
(-) Conta - ACR	-	(917.466)	-	-
Contrato cotas (CCGF e CCEN)	788.443	99.187	775.542	90.231
Geração Distribuída	198.226	32.026	-	-
PROINFA	225.069	79.590	230.442	74.046
Uso do transporte de energia	-	14.686	-	11.951
Outros custos de energia	-	240.259	-	210.459
ONS - Uso da rede básica	-	177.168	-	147.685
CTEEP- Encargos de conexão	-	19.466	-	18.212
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	27.857	-	190.316
(-) Repasse CDE - ESS	-	-	-	(145.754)
Risco hidrológico	-	15.768	-	-
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(198.079)	-	(154.295)
Total	11.131.339	2.185.075	10.692.853	1.413.769

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia apresenta elevação no custo de energia decorrente da insuficiência de cotas, despacho das usinas térmicas, aumento do volume de compra de energia no mercado de curto prazo e preço do leilão A-1 e A-0. Este aumento no custo de energia foi parcialmente compensado pelo recebimento de recursos da CDE e criação pela CCEE da CONTA-ACR (maiores detalhes vide nota 3.2).

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2014	30/09/2013
Gastos com pessoal	194.019	187.417
Gastos com serviços de terceiros	86.197	76.983
Gastos com materiais	28.362	25.981
Outras despesas operacionais líquidas	97.856	95.306
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	13.688	18.319
Despesas com arrecadação bancária	12.104	11.340
Provisões para ações judiciais e regulatórias	11.843	6.101
Aluguéis e seguros	10.644	10.401
Perda na desativação e alienação de bens, líquida	10.255	10.782
Taxas e contribuições	9.655	10.980
Telefonia e telecomunicações	9.500	9.648
Despesas com viagens	6.483	6.135
Outras	13.684	11.600
	406.434	385.687
Custo da operação	291.929	270.690
Despesas gerais e administrativas	53.320	43.210
Outras despesas operacionais	49.681	60.166
Despesas com vendas	11.504	11.621
	406.434	385.687

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/09/2014	30/09/2013
Receitas	96.711	88.591
Aplicações financeiras	39.263	25.357
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	32.789	31.376
Atualizações monetárias e cambiais	14.408	15.340
Atualização do Ativo Financeiro	4.884	12.993
Outras receitas financeiras	5.367	3.525
Despesas financeiras	(180.384)	(133.547)
Juros sobre debêntures	(60.618)	(51.842)
Atualizações monetárias e cambiais	(46.375)	(40.633)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(40.898)	(12.832)
Outras despesas financeiras	(32.493)	(28.240)
Total	<u>(83.673)</u>	<u>(44.956)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	30/09/2014		30/09/2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.241	9.241	348.378	348.378
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(2.292)	(832)	(87.078)	(31.352)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(6.435)	(2.183)	(4.917)	(1.671)
Incentivos fiscais e outros	3.274	425	2.699	405
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(5.453)</u>	<u>(2.590)</u>	<u>(89.296)</u>	<u>(32.618)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(84.191)	(30.936)	(63.999)	(23.511)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	78.738	28.346	(25.297)	(9.107)
Total	<u>(5.453)</u>	<u>(2.590)</u>	<u>(89.296)</u>	<u>(32.618)</u>

Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013
IR e CS sobre diferenças temporárias	117.043	128.019	(10.976)	(11.324)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.510	14.520	(1.010)	(1.547)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	62.003	56.789	5.214	3.303
Plano especial de aposentadoria	-	982	(982)	(2.182)
Variação cambial / Provisão ganho/perda <i>hedge</i>	5	(2)	7	(647)
Provisão perda na desativação de ativos	9.996	2.648	7.348	6.217
Provisão efeito postergação tarifária	30.886	51.227	(20.341)	(17.832)
Outras	643	1.855	(1.212)	1.364
Benefício fiscal do ágio incorporado Terraço	88.533	98.637	(10.104)	(9.834)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola	590.443	622.264	(31.821)	(31.821)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	136.992	(25.930,00)	159.987	18.575
Plano de pensão	(1.270)	(5.475)	1.270	4.661
<i>Leasing</i>	302	169	133	(47)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	152.367	(2.185)	154.552	25.016
Marcação a mercado <i>swap</i>	-	(2.564)	2.564	(16)
Reversão Fiscal Diferimento	(2.406)	(5.534)	3.128	(6.621)
Contratos de concessão - marcação a mercado	(12.001)	(10.341)	(1.660)	(4.418)
Subtotal - impacto no resultado do exercício	933.011	822.990	107.086	(34.404)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	1.270	5.475	(1.270)	(4.661)
Plano de pensão	1.270	5.475	(1.270)	(4.661)
Total	<u>934.281</u>	<u>828.465</u>	<u>105.816</u>	<u>(39.065)</u>

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2014.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço ocorrida em 1998, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 30 de setembro de 2014 é como segue: R\$ 30.995 em 2014, R\$ 71.295 em 2015, R\$ 68.672 em 2016, R\$ 68.423 em 2017 e R\$ 694.896 de 2018 a 2028.

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, essa expectativa não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Companhia. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Lei nº 12.973/14

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

28. PARTES RELACIONADAS

28.1 Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador a Iberdrola Brasil S.A., foram considerados como partes relacionadas o acionista controlador e entidades sob o controle comum e coligadas que de alguma forma exerçam influências sobre a Companhia.

As transações da Companhia relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

Compra de energia: A Companhia adquire energia de partes relacionadas através de leilões regulados para fins de revenda ao consumidor, conforme regras estabelecidas pelo setor, com preços regulados e aprovados pela ANEEL, o montante registrado em custos de energia para os período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 11.730 (R\$ 11.174 para o mesmo período de 2013). A Companhia também realiza a compra de energia elétrica no mercado livre para consumo próprio no prédio da Sede, junto a Elektro Comercializadora de Energia Ltda., através de contrato de compra de energia elétrica firmado em 16 de dezembro de 2013 com suprimento de energia no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 as despesas totalizam R\$ 791 (R\$ 535 para o mesmo período de 2013).

Serviços Administrativos: Refere-se a valores com serviços, compartilhamento de infraestrutura e sublocação de salas, junto a Elektro Comercializadora de Energia Ltda., que são calculados com base na estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia. O contrato de sublocação é reajustado pelo IGP-M a cada 12 meses e foi firmado por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004, o total de receita para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 249 (R\$ 337 para o mesmo período de 2013). A Companhia possui também contrato de prestação de serviços corporativos junto a Iberdrola Brasil S.A. que foi assinado em 1º de outubro de 2012 e possui vigência de 4 anos, sendo o montante registrado como despesa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 de R\$ 794 (R\$ 754 para o mesmo período de 2013). Em 1º de agosto de 2014 a Companhia firmou contrato para início de prestação de serviços, referente a operação logística e transporte de materiais junto a coligada Amara Brasil Ltda., com vigência de 4 anos, o valor registrado como despesa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foi de R\$ 728.

28.2 Remuneração da administração:

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 6.390 (R\$ 4.357 em 30 de setembro de 2013), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 4.392 (R\$ 3.337 em 30 de setembro de 2013) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.998 (R\$ 1.020 em 30 de setembro de 2013). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao Plano de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Elektro (vide nota 21) no montante de R\$ 9.330 no período findo em setembro de 2014.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 19.1).

29. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros:

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2014 a 31 de maio de 2015, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2014 a 1º de junho de 2015.

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirisco	1.050.137	Danos materiais aos ativos da Companhia, exceto para as linhas de transmissão e distribuição
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil administradores	26.250	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de

avaliação e valorização para fins de registro nas Informações Trimestrais, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Ativo indenizável (concessão): vide nota 10.1. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Informações Trimestrais. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e derivativos: A Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Europeu de Investimentos (“BEI”) no montante de USD 128.898, com juros pré-fixados de 3,402%, prazo de vencimento de 12 anos, pagamento de juros semestrais e 3 (três) anos de carência para pagamento do principal. Para esta operação foram contratadas duas operações de “Swap” com os bancos Santander e HSBC (sendo 50% do montante total da dívida para cada banco) com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cujo objetivo é a proteção contra risco de variação nas taxas de câmbio. Por meio dos “Swaps” substituiu-se o custo em dólar da dívida, com juros pré-fixados, por um custo em reais atrelado à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final abaixo do CDI em 0,30 ponto percentual.

A Companhia também captou empréstimo em moeda estrangeira com os Bancos Citibank, HSBC e Banco de Tokyo nos montantes de USD 65.821, USD 67.165 e USD 44.504, com juros pré-fixados de LIBOR de três meses acrescida de 0,7782%, 0,8500% e 0,8457%, respectivamente, com prazo de vencimento de 2 anos, pagamento de juros trimestrais e pagamento do principal ao final do contrato. Para esta operação foram contratadas operações de “Swap” com os respectivos bancos, com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cujo objetivo é a proteção contra risco de variação nas taxas de câmbio. Por meio dos “Swaps” substituiu-se o custo em dólar da dívida, com juros pré-fixados, por um custo em reais atrelado à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final de CDI acrescido de 103,0%, 104,9% e 103,0% respectivamente.

Os empréstimos contratados em moeda estrangeira foram considerados como itens objeto de *hedge* (*hedge accounting*), e contabilizados pelos seus valores justos, com vistas à proteção do risco de variação cambial. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as condições contratadas e descontando esse fluxo por taxas estimadas de mercado. Os derivativos a elas vinculados, por sua vez, foram considerados instrumentos de *hedge*. Nível hierárquico 2.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos realizados no período. O valor de mercado das debêntures da 5ª e 6ª Emissão, conforme quadro abaixo, é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª emissão de debêntures da Elektro definida no processo de *bookbuilding*, utilizada como melhor estimativa para essas operações. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não temos acesso às taxas negociadas, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2

Demais ativos e passivos financeiros: Para equivalentes de caixa foi atribuído nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, foi atribuído nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	30/09/2014			Classificação
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	701.141	701.141	Valor justo	Mantido para negociação
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	681.775	681.775	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	15.836	15.836	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	661.758	661.758	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	2.060.510	2.060.510		
Passivo				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(426.554)	(426.554)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(453.511)	(416.183)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(720.571)	(720.571)	Valor justo	Objeto de <i>Hedge</i>
Operações de <i>swap</i>	25.615	25.615	Valor justo	Instrumento de <i>Hedge</i>
Debêntures*	(1.005.858)	(1.012.611)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(19.874)	(19.874)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Total passivo	(2.600.753)	(2.570.178)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

Ver mais detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 10.1.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Nas atividades da Companhia, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Companhia, por não haver previsão de manutenção nas informações trimestrais dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Companhia permanece isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

Varição das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Companhia considera como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses dos indicadores projetados abaixo as expectativas divulgadas no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP, sendo: (i) variação dos índices projetados para 2014, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 26 de setembro de 2014: 11,16%, 5,65% e 6,33% para CDI, IGP-M e IPCA, respectivamente, e a variação da TJLP de 5,00% divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário Provável (*)	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	702.499	Variação CDI	78.399	97.999	117.598
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(81.151)	Variação CDI	(9.056)	(11.321)	(13.585)
Empréstimo ⁽¹⁾	(694.956)	Variação CDI	(77.557)	(96.946)	(116.336)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(221.156)	Variação CDI	(24.681)	(30.851)	(37.022)
	(294.764)		(32.895)	(41.119)	(49.345)
Ativo Indenizável ⁽²⁾	661.758	Variação IGP-M	37.389	46.737	56.084
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(217.150)	Variação IPCA	(13.746)	(17.182)	(20.619)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(113.430)	Variação IPCA	(7.180)	(8.975)	(10.770)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(374.388)	Variação IPCA	(23.699)	(29.623)	(35.548)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(431)	Variação TJLP	(22)	(27)	(32)
Financiamentos - BNDES	(326.353)	Variação TJLP	(16.318)	(20.397)	(24.476)
Redução (aumento)			(56.471)	(70.586)	(84.706)

⁽¹⁾ A operação foi originalmente contratada em dólares norte-americanos, porém a companhia possui uma operação de *Swap* conjunta com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, a operação passa a ser indexada apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

⁽²⁾ Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório e variação do IGP-M.

⁽³⁾ Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

Risco de Inadimplência

A Companhia reconhece como inadimplência qualquer conta em atraso a partir de um dia após a data do seu vencimento. Em 30 de setembro de 2014, o saldo do contas a receber vencido apresentou aumento de R\$ 7.174 quando comparado com 31 de dezembro de 2013. O índice de inadimplência no encerramento do exercício foi de 3,7% (3,9% em 31 de dezembro de 2013).

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2014. Ainda assim, após os eventos descritos abaixo, a Elektro apresenta uma insuficiência contratual anual de 9,7% em 2014, decorrente da recontração parcial do

volume de energia existente cujos contratos terminaram em dezembro de 2012, e que estava prevista para acontecer ainda naquele ano (em Leilão A-1) não foi realizada em sua totalidade tendo em vista (i) o cancelamento do referido leilão e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13, (ii) a rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, (iii) pela falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período entre julho de 2013 e junho de 2014; (iv) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no leilão A-1, ocorrido em 17 de dezembro de 2013; e (v) atraso na entrada em operação de alguns empreendimentos de geração, com conseqüente suspensão da obrigação contratual de suprimento do CCEAR.

Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários.

Em 2014 e para os anos subsequentes, há ainda necessidade de contratação de energia decorrente da insuficiência contratual não suprida em 2013 e 2014, conforme motivos citados anteriormente. Esta necessidade foi parcialmente suprida através do 13º Leilão de Energia Existente A-0, que ocorreu em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed a partir de maio de 2014. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2014 foi adquirida em leilões de anos anteriores e no 19º Leilão de Energia Nova A-3, que ocorreu em 6 de junho de 2014, com a aquisição de 5,77 MWmed. O restante deverá ser contratado através de leilões específicos a serem realizados a partir de 2014, conforme previsto na legislação vigente ou através de outros mecanismos de compra de energia disponíveis. Reafirma-se que independente do sucesso nestas contratações, a exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 112 subestações (SE), a automação do comando de 1.139 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas, bem como a implantação de 102 sistemas de auto restabelecimento 'Self Healings' em funcionamento, que transferem de forma automática trechos desenergizados para fontes alternativas evitando desligamentos de longa duração. Esses sistemas beneficiam atualmente 74 municípios e 265.000 consumidores.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 20 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a modernização de 458 disjuntores e a instalação de 2,2 mil km de redes compactas com cabos protegidos, nos últimos 9 anos.

Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes cotações / variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	30/09/2014	30/09/2013
Taxa de câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	2,4510	2,2300
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-4,63%	-9,13%
IGP-M	1,75%	3,70%
IPCA	4,61%	3,79%
TJLP	3,81%	3,73%
Selic	7,90%	5,81%
CDI	7,92%	5,72%

(1) Cotação em 30 de setembro de 2014.

DIRETORIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

DIRETORA EXECUTIVA DE CONTROLADORIA, FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES

DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JOÃO GILBERTO MAZZON

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

JESSICA DE CAMARGO REAOCH

DIRETORA EXECUTIVA JURÍDICA

TALITA MENDES MASSON

GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA

WEDSON ROMERO PERES

CONTADOR

CRC 1SP222804/O-9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

CONSELHEIROS

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

FERNANDO ARRONTE VILLEGAS

JUSTO GARZON ORTEGA

JUAN MANUEL EGUIAGARY UCELAY

LUIZ CARLOS SILVA

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as

normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas (SP), 15 de outubro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Luís Alexandre Marini
Contador CRC 1SP182975/O-5

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP